

Major PM Homero de Giorge Cerqueira

## CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES: UMA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação em Altos Estudos de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual, em convênio com a Universidade Estadual de Goiás, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Orientadora: Professora Dra. Cristhyan Martins Castro Milazzo.

Co-orientador: Dr. Major PM Walter Nyakas Junior.

GOIÂNIA

2014

Major PM Homero de Gorge Cerqueira

CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES: UMA GESTÃO DE RISCO  
DE DESASTRES

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação em Altos Estudos de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual, em convênio com a Universidade Estadual de Goiás, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Aprovado em 3 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Carlos Sergio Souza Pinto de A. Franco  
Presidente

---

Professora orientadora Cristhyan Martins Castro Milazzo  
Membro

GOIÂNIA

2014

## CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES: UMA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES

RESUMO – Este trabalho tem por objetivo analisar a participação das cidades e do Estado de São Paulo na Campanha “Construindo Cidades Resilientes”, da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo viés é a prevenção e mitigação dos desastres naturais e tecnológicos. O propósito da avaliação dessa Campanha é contribuir para prevenção, redução, mitigação, resposta e recuperação de desastres em nível regional e nacional. Para tanto, a investigação adota como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, com o intuito de verificar se já foram publicadas respostas à questão de pesquisa. O resultado indicou a política pública desenvolvida no País, em especial, no Estado de São Paulo, por meio da Campanha das Cidades Resilientes satisfatórias realizadas pela Defesa Civil Estadual, como riscando o risco, conhecendo o risco e convivendo com o risco. Este estudo aponta a necessidade de pesquisa futura da Campanha “Construindo Cidades Resilientes” pós-2015 com o olhar da sustentabilidade.

Palavras-chave: Resiliência. Cidades Resilientes. Defesa Civil.

ABSTRACT – This work aims to analyze the participation of cities and the State of São Paulo in the Campaign “Building Resilient Cities”, the United Nations (UN), whose bias is the prevention and mitigation of natural and technological disasters. The purpose of the evaluation of this campaign is to contribute to the prevention, reduction, mitigation, response and recovery from disasters at regional and national level. Therefore, the research adopts a methodological way the literature, in order to determine whether responses to the proposed issue has been published. The result indicated the policy developed in the country, especially in the state of São Paulo, through satisfactory Resilient Cities Campaign conducted by the State Civil Defense, as scratching the risk, knowing the risk and living with the risk. This study points out the need for future research Campaign “Building Resilient Cities” post-2015 with the look of sustainability.

Key Words: Resilience. Resilient Cities. Civil Defense.

## Sumário

1 INTRODUÇÃO .....	5
2 RESILIÊNCIA: UMA QUESTÃO DE MUDANÇA CLIMÁTICA .....	7
2.1 Resiliência e seus significados.....	10
3 CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES: A GESTÃO DE RISCO DE DESASTRE.....	12
3.1 Benefícios da resiliência: político institucional, ambiental, social e econômico .....	16
3.2 Estado de São Paulo: um caso de resiliência.....	17
4 CONCLUSÃO .....	18
REFERÊNCIAS .....	21
ANEXO A – Gráficos e mapas .....	23
ANEXO B – As cinco ações prioritárias do HFA.....	26
ANEXO C – Ficha de inscrição para 1º ciclo.....	28
ANEXO D – Prioridade de ação 1 para 2º ciclo.....	31

## 1 INTRODUÇÃO

Registra-se ao longo da história grandes epidemias que assolaram a humanidade, como a peste negra, que dizimou centenas de milhares de pessoas no mundo. Os estragos causados por essas epidemias foram tão avassaladores quanto as guerras e os fenômenos naturais como tsunamis e erupções vulcânicas. Hoje, contudo, o homem vê-se atingido por catástrofes naturais decorrentes de seu próprio comportamento, ao desconsiderar a força da natureza.

A situação demanda providências sérias e urgentes, que se evidenciam diante do contraste da célebre frase do astronauta soviético Yuri Gagarin, “A terra é azul”, em 1961, e da imagem da Terra vista da Lua, feita pelo fotógrafo americano Galen Rowell, no Natal de 1968, com a imagem da Agência Espacial Americana (Nasa), de 14 de dezembro de 2009, mostrando esse mesmo planeta envolto por uma nuvem de partículas, o carbono negro (black carbon), um dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas (Marengo et al., 2007, p.45).

Esse cenário preocupante também é corroborado pelo segundo capítulo do relatório sobre o clima do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – Intergovernmental Panel Climate Change (IPCC) –, publicado em março de 1994 (p. 46), em que se concluiu serem “altamente confiáveis” as previsões que danos residuais ligados a eventos naturais extremos ocorram em diferentes partes do planeta na segunda metade deste século. Isso deve acontecer mesmo que haja corte substancial de emissões de gases de efeito estufa nos próximos anos.

O Sumário para os Formuladores de Políticas (2014, p. 67 ) afirma que populações pobres, principalmente de países tropicais, como o Brasil, serão as mais afetadas por situações de seca e inundação, com risco de insegurança alimentar, caso não haja planejamento para adaptar culturas agrícolas às possíveis realidades.

O primeiro capítulo desse relatório explica o estado climático atual e aponta previsões de como será a mudança global até 2100, portanto, a pesquisa ajudará a trilhar nas negociações entre governos para a criação de uma política que reduza as emissões de gases e, com isso, frear o aquecimento global.

Nesse cenário, a estratégia de resiliência surge como proposta para reverter o quadro apontado. Para tanto, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a participação das cidades e do Estado na Campanha Construindo Cidades Resilientes, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o viés da prevenção e mitigação dos desastres naturais e tecnológicos.

Com esse propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos: (1) levantar as cidades e estados que participam da Campanha Construindo Cidades Resilientes, no Mundo; (2) analisar as fases dessa Campanha; e (3) identificar os aspectos econômicos, políticos e sociais da Campanha.

Entretanto, em função de restrições acadêmicas, temporais e financeiras, entende-se inviável desenvolver uma pesquisa abrangente, que supra as necessidades de todas as unidades federativas do País. Dessa maneira, optou-se por limitar o escopo do trabalho ao Estado de São Paulo.

Com isso, é possível apresentar, de modo sintético, o seguinte problema de pesquisa: Como criar e desenvolver políticas públicas na gestão de risco de desastres, com a conseqüente redução do impacto social na vida da população do Estado de São Paulo, bem como do número total de óbitos?

As pesquisas relacionadas aos desastres podem abranger diversas dimensões do problema, como, por exemplo, o mapeamento das áreas de risco, os modelos para previsão de eventos extremos de chuva, a gestão dos resíduos sólidos decorrentes de desastres, a compreensão dos impactos relacionados à saúde da população envolvida, desde o estudo sobre a prevalência de doenças agudas na população envolvida até os aspectos psicossociais das vítimas dependentes de abrigos e mesmo dos profissionais que os atendem.

Este artigo tem como propósito impulsionar a pesquisa sobre políticas públicas atinentes a desastres, não apenas reunindo as iniciativas já existentes na academia como também mediante a articulação, com outros pesquisadores, de laboratórios que possibilitem contribuir satisfatoriamente para a geração de conhecimento científico alusivo ao tema desastres.

A investigação adota como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica com o intuito de verificar se já foram publicadas respostas às questões propostas e, então, decidir se é interessante repetir a investigação com os mesmos objetivos; saber quais os métodos utilizados em investigações similares e averiguar o mais adequado para ser aplicado; enquadrar o presente estudo em um modelo de casualidade, de modo a diferenciar a variável resposta e as variáveis interferentes e, com isso, facilitar a identificação dos meios para controlá-las logo no início, bem como evitar que elas confundam o resultado desta pesquisa.

Para atender ao propósito deste trabalho, o texto está dividido em três partes. Além desta primeira – a Introdução –, tem-se a segunda, na qual são apresentados conceitos teóricos gerais sobre resiliência e, mais especificamente, com um olhar na

Proteção e Defesa Civil, mudanças climáticas e sua importância na participação da Campanha.

Exploram-se, na terceira parte, aspectos gerais relacionados à Campanha Construindo Cidades Resilientes, apresentando sua origem, uma visão mundial e os benefícios da participação com viés econômico, político, ambiental e social. Apresentou-se o caso do Estado de São Paulo como uma iniciativa não só inovadora, mas também construtora e geradora de gestão de riscos e desastres.

Na última parte, tem-se a conclusão, na qual são tecidos comentários sobre os impactos esperados e apresentadas recomendações para trabalhos futuros.

Os Anexos complementam as informações e enriquecem o estudo.

## 2 RESILIÊNCIA: UMA QUESTÃO DE MUDANÇA CLIMÁTICA

Os efeitos dos fenômenos naturais, que anunciam catástrofes futuras cada vez maiores, exigem que as políticas de Estado se direcionem para a mudança desse cenário, lançando um olhar mais atento sobre os efeitos e vulnerabilidades a que a humanidade está exposta, em particular no tocante às alterações climáticas.

O Brasil acompanha essa tendência mundial de crescimento dos efeitos negativos decorrentes de desastres, o que pode ser verificado na análise do número de fatalidades resultantes de desastres naturais – enchentes e deslizamentos de terra – apresentado na Figura A1 do Anexo A (EM-DAT, 2013). Os fatos apontados também resultam do aumento da população em áreas de risco, sendo agravados pelo elevado crescimento da urbanização. O País atualmente é uma das sociedades mais urbanizadas do mundo, com cerca de 84% da população vivendo em cidades (UNISDR, 2013, p. 35 ).

Os óbitos motivados por desastres naturais ocorridos em 2009 a 2010 foram causados por enchentes e deslizamentos de terra, fato que demonstra a importância de se conhecer melhor esses fenômenos, geralmente associados a eventos climáticos extremos.

Segundo aponta a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC, 2014, p. 23), o Brasil apresenta características regionais em que os desastres naturais prevalentes são: (1) Região Norte: incêndios florestais e inundações; (2) Região Nordeste: secas e inundações; (3) Região Centro-oeste: incêndios florestais; (4) Região Sudeste: deslizamentos e inundações; e (5) Região Sul: inundações, vendavais e granizo.

Com base nas informações apresentadas, constata-se que há, no Brasil, demanda evidente pela redução do impacto social negativo e pela minimização do número total de óbitos decorrentes de um desastre. Em razão disso, entende-se ser imprescindível ter melhor compreensão do funcionamento do sistema atual e estruturar o problema de modo adequado. Somente assim será possível propor soluções apropriadas para todos os estados brasileiros.

O desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de combate às adversidades causadas por essa degradação, no entanto, passa pelo grande desafio da mudança cultural para a mobilização ante essas alterações climáticas. É preciso reverter a não percepção das conexões existentes entre nossas opções cotidianas de locomoção, a emissão de gases de efeito estufa e o conseqüente aumento da temperatura da terra; entre o desmatamento da Amazônia e da Mata Atlântica e a desertificação em partes do Sul do Brasil; a quantidade de resíduos produzidos e o aumento do nível dos oceanos; o assoreamento dos rios, a impermeabilização de solos e as enchentes, o consumo desenfreado e o esgotamento dos recursos naturais. Bilhões de pessoas agem sem nenhuma consciência dos reflexos no planeta causados por suas ações cotidianas.

Relatórios dos países desenvolvidos apontam com recorrência o fato de só nos últimos anos a Climate Change Education (CCE) ter começado a desenvolver uma identidade própria, o que revelaria o estágio inicial em que essa questão ainda se encontra. Porém, o Poder Público de diversos países vem promovendo iniciativas educacionais focadas no aquecimento global e suas conseqüências. A participação na Campanha Construindo Cidades Resilientes, da ONU, é emblemática dessas iniciativas (Meehl et al., 2007, p. 35).

A discussão acadêmica acerca de resiliência contribui para reflexão e análise sobre a questão em estudo. Constitui pesquisa científica, com novas interpretações acerca da natureza das ideias – do material, dos sistemas de vida, das formas de vida, do ser humano e das unidades sociais –, bem como dos desafios para revisar ideias.

Pode-se afirmar, de maneira resumida e generalizada, que o enfoque da resiliência é a capacidade – física, biológica, política, social e psicológica – para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidades (GROTBORG apud MELILLO; OJEDA, 2005, p. 35).

A resiliência é um conceito aplicado já há algum tempo pelas ciências com o propósito de explicar fenômenos psicossociais atinentes a indivíduos, grupos ou

organizações que superam ou transcendem situações adversas. Com esse viés, tem sido utilizado em diversas disciplinas. No enfoque científico, pode ser uma disciplina, como na Física, Psicologia e Medicina, mas também pode ter natureza interdisciplinar, assimilando categorias conceituais de diversas ciências, como entre a Psicologia e a Sociologia; a Física e a Química; a Sociologia e a Biologia; a Sociologia e a Geografia, a Proteção e Defesa Civil e o Meio Ambiente (Faria, 1967, p.45)

Os desastres naturais e tecnológicos – em especial o primeiro, tema deste estudo – são associados a períodos, danos humanos e materiais socialmente significativos, ocorrendo desde as origens da humanidade.

No Brasil, o Estado de São Paulo possui ações de monitoramento desses desastres naturais, desenvolvidas mediante atividades de identificação, avaliação e gerenciamento de áreas de riscos geológicos. E isso começou de forma mais sistemática com a iniciativa do próprio Governo paulista em face dos acidentes em larga escala e com graves consequências, ocorridos no verão de 1987–1988, na região da Serra do Mar. Referidos acidentes, associados a escorregamentos, causaram mortes nas cidades de Cubatão e Ubatuba, no interior de São Paulo. O Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC) foi criado em 1988, a fim de gerenciar os riscos de escorregamento nas encostas da Serra do Mar e inundações, tornando-se o início da adoção da resiliência no Estado (Brollo; Tominaga, 2012, p.34)

Fenômenos como El Niño e La Niña influenciam o clima no País e o tipo de desastre a que estará vulnerável. Dessa maneira, a capacidade de prever a ocorrência de fenômenos de grande escala é fundamental para que se possam desenvolver estratégias de prevenção, mitigação e preparação. É preciso preparar-se, por exemplo, para a previsão de aumento significativo da incidência de tempestades na região Sudeste nas próximas décadas, que afetarão, em particular, grandes aglomerações urbanas, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas (FAPESP, 2011, p. 33).

A Figura A2 do Anexo A mostra os principais desastres naturais do Brasil. O aumento da quantidade e magnitude dos desastres, o crescente número de pessoas afetadas e a recorrência de eventos motivam o desenvolvimento de políticas públicas, mas também de pesquisas. As possibilidades de pesquisas e contribuição científica variam de acordo com a etapa para a qual a ação é dirigida: prevenção, preparação, resposta e/ou reconstrução (Figura A3 do Anexo A); nota-se que a fase de recuperação/reconstrução é menos representada na literatura científica. Nas

primeiras horas após a ocorrência do desastre, a velocidade e a objetividade das ações são fatores críticos para o salvamento das vítimas; no entanto, sabe-se que a rapidez da resposta depende fortemente dos esforços da fase de preparação, que devem envolver simulações, monitoramento de riscos e acordos prévios para definição dos papéis na eventualidade de um desastre (VAN WASSENHOVE, 2006, p. 87).

Observa-se grande oportunidade de pesquisa inovadora e de relevância, cujo notável aumento de publicações aponta para um crescente interesse da comunidade científica internacional no tema, conforme levantamento apresentado na Figura A4 do Anexo A.

## 2.1 Resiliência e seus significados

O termo resiliência significa voltar ao estado normal e tem origem no latim *resiliens*, do verbo *resilire*, “saltar de volta”. É formado por *re-*, “de novo, outra vez”, mais *salire*, “saltar”. Em grego, era *kouphós* (em relação à luz que se reflete), ou *hygrós* (no sentido de “aquilo que se dobra”) (BARBOSA, 2010, p. 89. ).

O vocábulo *resilience* está em uso na língua inglesa desde 1620, mas se tornou popular após o ataque terrorista ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001 (Saraiva, 2000, p. 67).

Tem-se, ainda, que o cientista inglês Thomas Young foi um dos precursores do uso do conceito de resiliência, em 1807, quando, ao fazer a relação entre tensão e compressão de barras metálicas, recorreu ao termo para dar a noção de flexibilidade, elasticidade e ajuste às tensões ao descrever seu conceito de módulo de elasticidade (Timoshebo, 1983, p. 43).

Na língua portuguesa, o uso do vocábulo é mais recente, possivelmente em decorrência de mais uma dessas traduções feitas por semelhança, pois já se tem uma palavra com esse significado físico, de “elasticidade”. Em inglês, acrescenta-se o sentido de “capacidade de recuperação após um golpe”, que em português poderia chamar-se simplesmente de “recuperação”. O termo ganhou diversos significados, conforme aplicado na área da Psicologia, Administração, Ecologia, Física e Proteção e Defesa Civil (Garmezy, 1991, p. 34).

No contexto da Ecologia, a resiliência é a aptidão de determinado sistema que lhe permite recuperar o equilíbrio depois de ter sofrido uma perturbação. Esse

conceito remete para a capacidade de restauração de um sistema, que neste estudo tomou-se emprestado para a Proteção e Defesa Civil.

A Teoria da Resiliência, introduzida pela primeira vez pelo ecologista canadense CS “Buzz” Holling em 1973, inicia-se com duas premissas radicais. A primeira, que os seres humanos e a natureza são fortemente acoplados e em coevolução, e deve, portanto, ser concebida como um sistema social-ecológico. A segunda, que a suposição de longa data de os sistemas responderem à mudança de modo linear, previsível, é simplesmente errada, de acordo com o pensamento de resiliência, pois os sistemas estão em fluxo constante, são altamente imprevisíveis e auto-organizados, com feedbacks mediante tempo e espaço. No jargão dos teóricos, são sistemas adaptativos complexos, que exibem as características de complexidade (HOLLING, 1973, p. 23 ).

Na área da Psicologia, a resiliência é vista como a capacidade de uma pessoa lidar com seus próprios problemas, vencer obstáculos e não ceder à pressão, seja qual for a situação. A teoria diz que resiliência é a possibilidade do indivíduo de tomar uma decisão quando tem a chance de adotar uma atitude considerada correta e, ao mesmo tempo, tem medo do que isso possa ocasionar. A resiliência demonstra se uma pessoa sabe ou não funcionar bem sob pressão (BARBOSA apud KREINZ et al., 2010, p. 77 ).

Resiliência, na Física, consiste, portanto, na resistência que os materiais apresentam quando são expostos a um choque ou percussão.

Na área da Administração, resiliência faz parte dos processos de gestão de mudanças. As pessoas que trabalham nas organizações devem ter um grande equilíbrio emocional, principalmente, para saber lidar com os problemas relacionados com o trabalho, quando as situações não ocorrem como esperavam. Além disso, a resiliência diz respeito à capacidade de tomar medidas que minimizem os problemas surgidos no contexto laboral. No caso das cidades, como organismo vivo, é preciso trazer esse conceito aos prefeitos, governadores e agentes públicos. Dessa forma, a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, introduziu, na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, o estímulo ao desenvolvimento de cidades resilientes e os processos de sustentabilidade urbana (Garmezy, 1991, p. 34).

### **3 CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES: A GESTÃO DE RISCO DE DESASTRE**

Entender a noção de gestão de risco e gestão local de risco, em particular, e da possibilidade de alinhar suas características, modalidades e opções para sua implementação como prática social cotidiana nas instituições de ensino, requer como primeiro passo compreender o risco como condição social e a forma em que se articula com o problema do desastre e com o desenvolvimento dos processos sociais vistos de uma perspectiva setorial e territorial.

Yvette Veyret (2007, p.80) afirma que a gestão de riscos, sejam eles ambientais, industriais ou sociais, traduz as escolhas políticas e as decisões finais de organização dos territórios.

A Lei nº 12.608/2012, que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), a fim de criar sistema de informações e monitoramento de desastres, estabelece no art. 5º, inciso VI, que são objetivos da PNPDEC, “estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização”.

Portanto, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, que substituiu a Política Nacional de Defesa Civil, aprovada pela Resolução do Conselho de Defesa Civil (CONDEC) nº 2, de dezembro de 1994, é integrada

[...] às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2012, art. 3º, § único) (gn)

Dessa maneira, a cidade resiliente a desastres consiste em um ambiente onde os desastres são minimizados porque o cidadão vive em residência e comunidade com serviços e infraestrutura organizados e que obedecem a padrões de segurança e códigos de construção, sem ocupações irregulares construídas em planícies de inundação ou em encostas íngremes.

O processo de inovação e desenvolvimento tecnológico é uma via de mão dupla, pois se, de um lado, traz o progresso, de outro, gera cada vez mais situações de risco para as sociedades pós-industriais do século XXI, convertendo-se no que vários autores têm denominado “sociedade do risco”. No entanto, em geral, são as

decisões arriscadas no cotidiano do homem que promovem as diferentes situações de catástrofes (Beck, 1996, p. 21).

Simple ou complexos, cada vez mais os recursos tecnológicos passam a integrar a vida de todos. Trata-se do “ciberespaço, onde as imagens inundam o cotidiano e se traduzem em valor, o corpo adquire novo status imaterial e as noções de lugar e tempo se transformam e quase se anulam” (SCHWARTZ; BARROS, 2010, p. 108).

Em face da pressão normativa e social, fortalecida ao longo dos anos, o aparato legal instituiu mecanismos para tratar dos principais problemas de desastres naturais e tecnológicos. A Secretaria Nacional de Defesa Civil e a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do The United Nations Office For Disaster Risk Reduction (UNISDR), criou as plataformas regionais para a redução do risco de desastres, consistentes na evolução do Quadro de Ação de Hyogo (HFA) de 2005 a 2015 “Construindo a Resiliência das Nações e Comunidades (HFA)”.

A plataforma regional é o maior reconhecimento dos mecanismos regionais para implementar e supervisionar a redução de desastres. Assim, as plataformas são oportunidades para começar a resolver as questões em torno da prevenção de desastres, bem como preparar o prefeito municipal, mediante propostas de soluções para tratar o risco de desastres e para construir a resiliência das cidades.

A Campanha “Construindo Cidades Resilientes” é composta por cinco fases: (1) organização e preparação para aplicação dos dez passos; (2) diagnóstico e avaliação de risco do município; (3) desenvolvimento de plano de ação de segurança e resiliência para o município; (4) implantação do plano; e (5) Monitoramento e acompanhamento (Vieira, 2014, p. 56).

Portanto, o prefeito municipal deve responder a uma lista com dez passos e ao bloco de construção para redução do risco de desastres, desenvolvido de acordo com as cinco prioridades do Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015: Construindo a resiliência das nações e comunidades a desastres (Vieira, 2014, p. 36).

Os dez passos são os seguintes: (1) Quadro Institucional e Administrativo; (2) Recursos e Financiamento; (3) Avaliações de Risco e Ameaças Múltiplas – Conheça seu Risco; (4) Proteção, Melhoria e Resiliência de Infraestrutura; (5) Proteção de Serviços Essenciais: Educação e Saúde; (6) Construção de Regulamentos e Planos de Uso e Ocupação do Solo; (7) Treinamento, Educação e Sensibilização Pública; (8) Proteção Ambiental e Fortalecimento dos Ecossistemas; (9) Preparação,

Sistemas de Alerta e Alarme, e Respostas Efetivos; e (10) Recuperação e Reconstrução de Comunidades.

Cada um desses passos será explicado a seguir. Os modelos elaborados pelo Estado de São Paulo encontram-se no Anexo C.

O quadro institucional e administrativo representa as condições necessárias para a tomada de decisões e ações de redução de risco de desastres naturais. Acompanhado de alocação de recursos descentralizados e da participação de todos os principais grupos e atores no planejamento, implementação e mecanismos de monitoramento, este quadro contribui para a consecução dos objetivos de desenvolvimento da cidade e da sustentabilidade (passo 1).

Com relação aos recursos, podem vir de receitas da cidade, dos desembolsos nacionais e de atribuições aos departamentos setoriais, parcerias público-privadas e de cooperação técnica, bem como da sociedade civil e de organizações externas (passo 2).

A análise de risco e avaliação são pré-requisitos essenciais para a tomada de decisão mencionada no passo 1, priorizando projetos, planejamento de medidas de redução de risco de desastres e identificação do risco: muito alto, alto, médio e baixo, de acordo com a sua vulnerabilidade e a relação custo-eficácia das intervenções potenciais (passo 3).

Medidas preventivas ajudam a evitar a interrupção, incapacitação ou destruição de redes, redes e infraestrutura, e, portanto, consequências sociais, de saúde e econômicas graves (passo 4).

Escolas e centros de saúde prestam serviços sociais essenciais durante e após um desastre, oportunidade em que são suscetíveis de acolher e tratar os sobreviventes. As rotinas educacionais normais de crianças devem ser restauradas o mais rápido possível para evitar repercussões sociais e psicológicas (passo 5).

A aplicação de códigos e mecanismos de construção para o planejamento e monitoramento do uso da terra da cidade são formas valiosas para reduzir a vulnerabilidade a desastres e riscos de eventos extremos, como terremotos, inundações, incêndios, a liberação de materiais perigosos e outros fenômenos (passo 6).

Toda a comunidade deve saber sobre os perigos e os riscos a que está exposta a fim de que possa ser mais bem preparada e tomar medidas para lidar com potenciais desastres. Programas de sensibilização, educação e capacitação sobre medidas de risco de desastres e mitigação são fundamentais para mobilizar a

participação dos cidadãos nas estratégias de redução do risco de desastres da cidade. Isso irá melhorar a preparação e ajudar os cidadãos a responder a alertas precoces locais (passo 7).

A urbanização das bacias hidrográficas pode modificar regimes hidrológicos e desestabilizar encostas, aumentando riscos como inundações e deslizamentos de terra. A manutenção de um equilíbrio entre as ações humanas e dos ecossistemas é uma excelente estratégia para reduzir o risco e contribuir para a resiliência e sustentabilidade (passo 8).

Esforços de preparação e definição de sistemas de alerta precoce ajudam a garantir que as cidades, comunidades e indivíduos ameaçados por desastres naturais ou outros fenômenos possam agir em tempo útil e de modo adequado para reduzir perdas de vidas e danos pessoais, materiais ou ambientais. A sustentabilidade poderá ser alcançada se a própria comunidade e autoridades locais compreenderem a importância e a necessidade da preparação de emergência local e de resposta (passo 9).

O processo de recuperação e reconstrução bem-planejada e participativa ajuda a cidade a reativar-se, a restaurar e reconstruir sua infraestrutura danificada, bem como a recuperar a própria economia, capacitar os cidadãos para reconstruir suas vidas, habitação e meios de subsistência. A reconstrução deve começar o mais cedo possível; na verdade, as cidades podem prever as necessidades, estabelecer mecanismos operacionais e pré-atribuir recursos para atender a situações de emergência, no caso de um desastre. Liderança, coordenação e obtenção de recursos são fundamentais (passo 10).

A aplicação dos princípios orientadores da Campanha “Construindo Cidades Resilientes” e da informação sobre cada um deles ajudará as cidades e os governos locais a compartilhar seu aprendizado, bem como a desenvolver indicadores e medidas de desempenho para acompanhamento de seus processos.

Dessa maneira, após seguir os dez passos e, também, inscrever-se no site da ONU, o prefeito deve realizar a próxima fase da campanha. O segundo ciclo visa à mensuração do progresso e dos limites na implementação das ações de redução de risco de desastres. Nele, o prefeito deve conceder informações respondendo a 41 perguntas, que compõem cinco ações prioritárias do HFA (Anexo B).

### 3.1 Benefícios da resiliência: político institucional, ambiental, social e econômico

A decisão de implantar a resiliência no município será do chefe do executivo local, portanto, isso acarretará no fomento à coordenação intersetorial e à liderança para redução de risco de desastres, por meio do planejamento estratégico da gestão do prefeito. O prefeito deverá, portanto, construir a cultura da redução do risco de desastres e alocar recursos orçamentários para prevenção, mitigação e reconstrução pós-desastres.

Ao governo local cabe regulamentar o desenvolvimento urbano, criando legislação com princípios de redução de riscos.

No que se refere ao ambiente, o gestor poderá criar a proteção, a recuperação e a ampliação dos ecossistemas, das bacias hidrográficas, das encostas instáveis e das áreas costeiras, utilizando-se da sustentabilidade.

O governador local deverá ter a preocupação de coordenar a gestão de risco com base no compromisso com os ecossistemas, bem como com a redução da contaminação, melhoria na gestão de resíduos sólidos e redução na emissão dos gases que provocam o efeito estufa, conforme relatório sobre o clima do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (1994, p.31 ) citado na Introdução, mas o compromisso com o social constitui o fator mais importante para a cidade.

Dessa maneira, o governo local deve não só garantir ao cidadão o acesso a serviços básicos e a uma rede social de proteção após o desastre, mas, também, reservar áreas seguras para atividades estratégicas e para abrigos temporários. Deve, ainda, motivar a participação de diversos públicos de interesse em todos os estágios e propiciar o fortalecimento das redes e alianças sociais.

Por seguinte, a atividade econômica local deverá ser diversificada com medidas seguras e implementada a redução da pobreza, por meio de plano para continuidade dos negócios, a fim de evitar a interrupção em caso de desastres. Devem-se, ainda, criar incentivos e instituir penalidades visando ampliar a resiliência e melhorar o cumprimento das normas de segurança.

Em síntese, São Paulo, além de ser um Estado resiliente, possui 126 cidades resilientes, por conta da política pública que inseriu os programas Município VerdeAzul, Investe São Paulo, Educação a Distância para agentes e gestores de Defesa Civil e o Curso “Defesa Civil: a aventura”. No Brasil, os demais estados com cidades resilientes são: Acre, Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e Santa Catarina (Figura A 5 do Anexo A) (Brollo; Tominaga, 2012, p. 23).

Por fim, ressalte-se que, para o maior evento do País, a Copa do Mundo de 2014, das 32 seleções, o Estado de São Paulo receberá 15 equipes que participarão dos jogos. As cidades resilientes que receberão as seleções são as seguintes: Itu (Rússia e Japão); Porto Feliz (Honduras); Sorocaba (Argélia); Mogi das Cruzes (Bélgica); Guarujá (Bósnia Herzegovina); Águas de Lindoia (Costa do Marfim); Campinas (Nigéria e Portugal); Santos (Costa Rica e México) (UNISDR, 2013, p. 67).

Das cidades sedes paulistas da Copa de 2014, portanto, somente quatro não são resilientes: Guarulhos (Irã), Cotia (Colômbia), São Paulo (Estados Unidos) e Ribeirão Preto (França).

### 3.2 Estado de São Paulo: um caso de resiliência

O Governo de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de São Paulo (CEDEC/SP), acredita na Campanha “Construindo Cidades Resilientes”, especialmente, no debate necessário para ações de redução de desastres.

Os ideais da Campanha vão ao encontro de diversos projetos da CEDEC/SP, por meio do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (PDN), do Centro de Pesquisa e Desastres da Universidade de São Paulo (CEPED/USP), do Programa “Riscando o Risco” – desenvolvido juntamente com a Secretaria de Habitação –, do Programa “Conhecendo o Risco” – em parceria com a Secretaria da Educação, por meio do Curso “Defesa Civil: a aventura” –, e do Ensino a Distância (EaD), por meio da plataforma Canvas da Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Ressalte-se que o Curso “Defesa Civil: a aventura” privilegia a cultura de redução dos riscos de desastres, em uma roupagem lúdica e tecnológica, utilizando-se dos recursos da internet no contexto escolar – ensinar e aprender por meio da conectividade e mobilidade –, com 50 horas aula e nove módulos. O EaD, por sua vez, capacita os agentes e gestores de Defesa Civil do Estado de São Paulo e possui carga horária de 360 horas aulas e 11 módulos (Brollo; Tominaga, 2012, p. 25).

O Programa Município VerdeAzul visa estimular a implementação e o desenvolvimento de uma agenda ambiental municipal, criando condições de oferecer uma avaliação do desempenho dos municípios do Estado, acompanhando a cada ano essa evolução. Desse modo, o Estado disponibiliza às prefeituras e à

população o Índice de Avaliação Ambiental (IAA). Na diretiva 6 (cidade sustentável), em 2014, criaram-se três pontuações de proteção e defesa civil, conforme a seguir: (1) efetivação do cadastro do representante municipal no Sistema Integrado de Defesa Civil; (2) participação, no mínimo, em um módulo, no curso de capacitação dos agentes de Defesa Civil Municipais; e (3) formalização do Município no Programa Cidades Resilientes da ONU.

O Município, por meio dos projetos e programa da CEDEC/SP, tem condições de identificar o risco, eliminá-lo risco e conviver com ele, mediante o seu monitoramento, bem como capacitação – dos agentes, dos gestores e dos alunos –, dentre outras ações de preparação para aderir à Campanha.

Para incentivar o Governo local, o Estado de São Paulo tornou-se um “Estado resiliente”; com isso, o Brasil também é o primeiro país do continente americano a tornar-se resiliente, possuindo 183 cidades nessa condição (UNISDR, 2013, p. 67).

#### 4 CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo analisar a participação das cidades e do Estado na Campanha “Construindo Cidades Resilientes”, da ONU, com o viés da prevenção e mitigação dos desastres naturais e tecnológicos em razão do cenário preocupante das mudanças climáticas apontado pelo Sumário para os Formuladores de Políticas.

Os governantes brasileiros locais e regionais viram-se obrigados a tomar medidas estruturais e não estruturais na gestão do risco desses desastres.

Em 2012, o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.608, estabeleceu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil em todo o território brasileiro, com o propósito de estabelecer uma cultura de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução em face de eventos que possam afetar a população.

Os prefeitos, diante de inúmeros problemas, critérios e decisões a serem tomadas, devem criar e desenvolver políticas públicas na gestão de risco de desastres, com a conseqüente redução do impacto social na vida da população, bem como do número total de óbitos, porque a natureza tem seus mecanismos de aviso de eventos extremos.

Nessa linha de pensamento e de acordo com o levantamento de dados na pesquisa bibliográfica realizada, percebeu-se o esforço acadêmico na resposta às fases de preparação, que devem envolver a análise do diagnóstico das áreas de

risco, a realização do plano preventivo de defesa civil, as simulações com os principais atores, a população e os agentes da defesa civil, o monitoramento de risco, o alerta nessas áreas e o alarme, a fim de retirar o cidadão dos locais vulneráveis e com ameaça.

Não existe um trabalho pronto e acabado para soluções complexas, mas sabe-se que existe o problema e se deve primeiro conhecer o risco nos locais, por meio de mapeamento de área de risco ou da setorização. Em seguida, deve-se suprimir o risco existente nas localidades, retirando pessoas de locais vulneráveis e que possam ser ameaçados. Essas ações devem ser realizadas mediante parcerias entre secretarias, órgãos federal, estadual e municipal, para criar locais seguros à população, conforme determina a Lei nº 12.608/2012, mas também com lazer, capacitação profissional, mobilidade urbana, segurança, creche, escolas, postos de saúde. O trabalho deverá resultar na eliminação dos riscos geológico, hidrológico, de violência, de vulnerabilidade social, de saúde e de incêndio.

De uma perspectiva de Estado, há necessidade urgente de encontrar alternativas de aprendizagem para abordar um tema cujos cenários são negativos e problemáticos como indicam os relatórios do IPCC, sem resvalar em um ponto de vista catastrofista de imobilismo ou, em contrapartida, em uma visão simplista a respeito de questão tão importante e crucial à sociedade contemporânea. A questão mais desafiadora, portanto, é criar condições para que as iniciativas políticas sejam estratégicas no que diz respeito a realizar mudanças que motivem os cidadãos a agir em direção às metas de resiliência e sustentabilidade. No conjunto, as questões são complexas e não possuem respostas precisas, mas os programas desenvolvidos pelo Governo de São Paulo têm apresentado impactos consistentes no que toca à multiplicação do tema e de sua importância para a humanidade mover-se em direção a uma mudança de cultura política e social de sustentabilidade.

Portanto, a CEDEC/SP incentivou os municípios a se tornarem resiliente, mas para isso tornou-se o Estado de São Paulo primeiro Estado do Brasil a se tornar resiliente (UNISDR, 2013, p. 20) e elevou o país para terceiro do mundo, porque possui 183 cidades nessa condição.

A justificativa de por que utilizar a Campanha “Construindo Cidades Resilientes” evidencia a efetiva necessidade de as cidades se tornarem seguras, resilientes, ou seja, prontas para evitar catástrofes ou para se recompor delas, salvando vidas. Notou-se que, para implantar a cidade resiliente, faz-se necessário

não só planejamento estratégico, mas também uma Coordenadoria de Defesa Civil eficiente e eficaz.

Essa análise remete novamente ao conceito de cidadania ambiental e proteção e defesa civil, a qual envolve reflexão e ações de efetiva participação e de mobilização, com outras pessoas, a fim de encontrar soluções para a prevenção de possíveis riscos ambientais ou, ainda, para atender à população nos casos de ocorrência de eventos catastróficos.

Conclui-se, por derradeiro, que investir na educação da população para abraçar comportamentos ecologicamente corretos é uma das soluções imprescindíveis. Trata-se, enfim, de investir na mudança de comportamentos visando a minimizar a degradação do meio ambiente e consequentes eventos catastróficos, o que certamente vai somar para a construção de uma sociedade sujeita a menos riscos ambientais.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. **Sudeste terá mais tempestades**. 2011. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/14313>>. Acesso em: 17 maio 2013.

BARBOSA, G. **Os pressupostos nos estilos comportamentais de se expressar resiliência**. In: KREINZ, G. et al. Divulgação científica: enfrentamentos e indagações. São Paulo: NJR/USP, 2010.

\_\_\_\_\_. **Resiliência e a lógica dos estilos comportamentais**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/resiliencia-e-a-logica-dos-estilos-comportamentais/49925/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

BECK, U. Risk society and the provident state. In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. **Risk, environment and modernity**. London: Sage Publications, 1996.

BRASIL. **Política nacional de proteção e defesa civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa de 1988**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

BROLLO, Maria José; TOMINAGA, Lídia Keiko (Organizadoras). **DESASTRES NATURAIS E RISCOS GEOLÓGICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: CENÁRIO DE REFERÊNCIA – 2012**. BOLETIM No 1 - GRUPO DE ARTICULAÇÃO DE AÇÕES EXECUTIVAS (GAAE) / Organizadores: Maria José Brollo, Lídia Keiko Tominaga – 1ª ed. – São Paulo : Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, 2012.

**EMERGENCY EVENTS DATABASE – EM-DAT**. 2013 Disponível em: <<http://www.emdat.be/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

FARIA, E. **Dicionário escolar latino-português**. 4ªed. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação/Ministério da Educação e Cultura, 1967.

GARMEZY, N.. **Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty**. American Behavioral Scientist, 34, 416-430, 1991.

GROTBERG, E. H. **Introdução: novas tendências em resiliência**. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HOLLING, C. S. **Resilience and stability of ecological systems**. Reprint. Annual Review of Ecology and Systematics, v. 4, p. 1-23, 1973.

LEIRAS, A. et al. **Literature review of humanitarian logistics and disaster relief operations research**. JHLSCM – Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management (to appear) OCHA – United Nations Coordination of

Humanitarian Affairs (2013). 2012. Disponível em: <<http://www.unocha.org/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

MARENGO, J. a. et al. **Eventos extremos em cenários regionalizados de clima no Brasil e América do sul para o século XXI**: Projeções de clima futuro usando três modelos regionais. Relatório 5, Ministério do Meio ambiente (MMA), secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), diretoria de Conservação da Biodiversidade (dCBio). Mudanças Climáticas Globais e efeitos sobre a Biodiversidade – subprojeto: Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília, fevereiro 2007.

MEEHL, G. a. et al. **Global Climate Projections**. In: Solomon, S. D. et al. (ed.) *Climate Change 2007: the Physical science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, United Kingdom, New York: Cambridge University Press, 2007.

**PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. Disponível em: <<http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br>>. Acesso em: maio 2014.

SARAIVA, F. R. S.. **Novíssimo dicionário latino-português**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2000.

**SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL – SEDEC**. 2014. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/sedec>>. Acesso em: 16 maio 2013.

SCHWARTZ, Gilson; BARROS, Thais Helena de Camargo. **Do ciberespaço à iconomia**: projeções metapóricas. Revista USP, São Paulo, n. 86, p. 108-121, jun./ago. 2010.

**UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION – UNISDR**. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/>>. 2014. Acesso em: 27 maio 2013.

VAN WASSENHOVE, L. N. **Humanitarian aid logistics**: supply chain management in high gear. *Journal of the Operational Research Society*, v. 57, n. 5, 475-489, 2006.

VEYRET, Yvette (Org.). **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA, P. F. **A problemática ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990)**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 15, 2014. Anais... Caxambu, MG: ANPOCS, 2014.

## ANEXOS

## ANEXO A – Gráficos e mapas



Figura A1 – Mortes por desastres naturais no Brasil (EM-DAT, 2013).



Figura A2– Tipos principais de desastres naturais no Brasil (adaptado de EM-DAT, 2013).

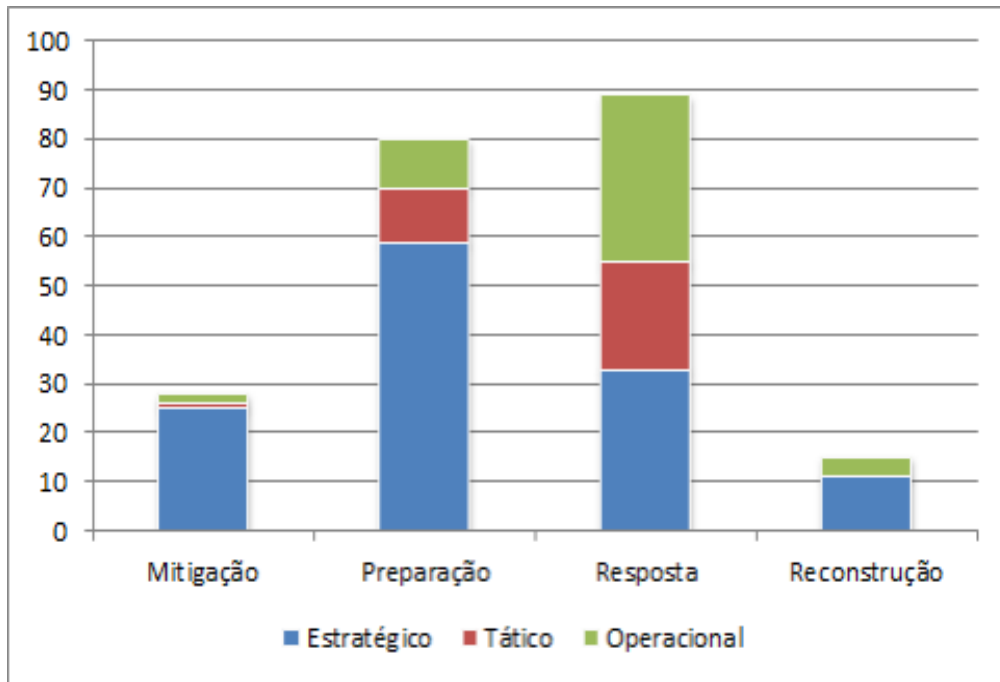


Figura A3 – Artigos sobre desastres em relação aos horizontes de planejamento e fase dos desastres publicados nos últimos trinta anos (LEIRAS et al., 2012).

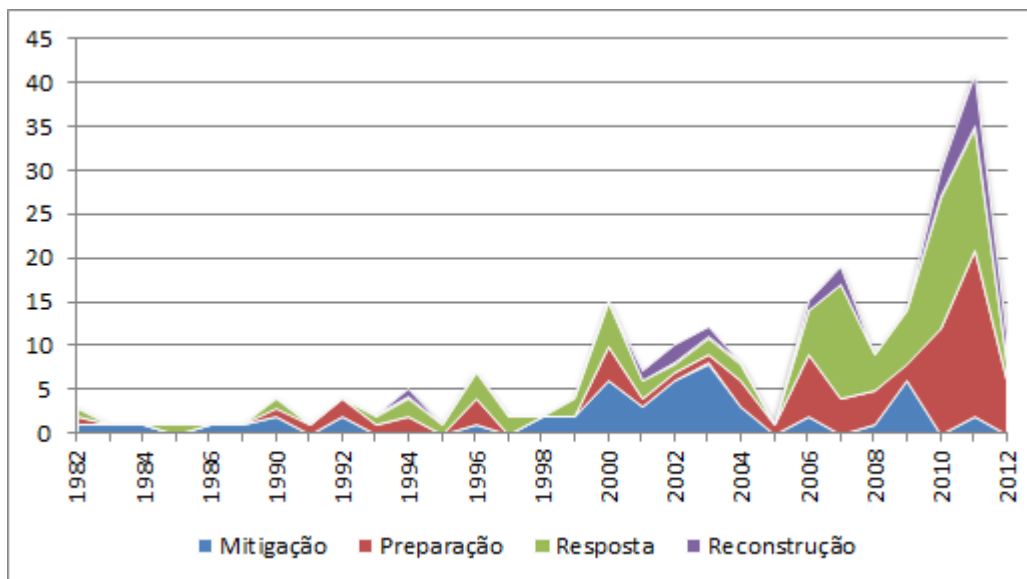


Figura A4 – Crescimento de publicações sobre desastres (LEIRAS et al., 2012).

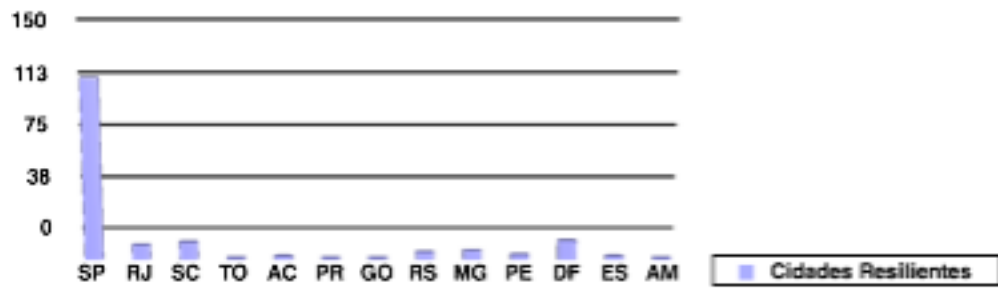


Figura A5 – Número de cidades resilientes por Estado.

Fonte – UNISDR (2014).

## ANEXO B – As cinco ações prioritárias do HFA

1ª ação prioritária: assegurar que a redução do risco de desastres seja prioridade local e nacional com forte base institucional para implantação:

1. Até que ponto as organizações locais (incluindo o governo local) estão capacitadas (conhecimento, experiência, mandato oficial) para a redução de risco de desastres e adaptação à mudança climática?
2. Até que ponto o governo local tem acesso a recursos financeiros adequados para realizar as atividades de redução de risco?
3. Quanto o governo local apoia comunidades vulneráveis locais (especialmente as mulheres, idosos, enfermos, crianças) a participarem ativamente na tomada de decisão sobre redução de risco, formulação de políticas, planejamento e processos de implantação?
4. Até que ponto o governo local oferece treinamento em redução de risco para as autoridades locais e líderes comunitários?
5. Com que regularidade o governo local conduz programas de conscientização e educação sobre Redução de Risco de Desastres e prevenção de catástrofes para as comunidades locais?
6. Até que ponto o governo local participa do planejamento nacional da Redução de Risco de Desastres?

2ª ação prioritária: identificar, avaliar e monitorar os riscos de desastres e aprimorar o alerta precoce:

1. Até que ponto o governo local realizou avaliações de risco de desastres completos para os principais setores de desenvolvimento vulneráveis em sua autoridade local?
2. Até que ponto essas avaliações de risco são regularmente atualizadas, por exemplo, anualmente, ou em uma base bi-anual?
3. Quão seguras são todas as principais escolas, hospitais e unidades de saúde em relação a desastres de forma que tenham capacidade de se manter operacionais durante emergências?
4. Até que ponto os centros de alerta estão estabelecidos, com pessoal adequado (ou pessoal de plantão) e com recursos suficientes (back ups de energia, redundância de equipamentos etc.) o tempo todo?
5. Quanto que os sistemas de alerta e alarme permitem a participação adequada da comunidade?
6. Até que ponto as avaliações de risco locais, estão associadas e apoiadas nos conhecimentos e avaliações comunitárias e nos planos de gestão nacionais e estaduais?

3ª ação prioritária: utilizar conhecimento, inovação e educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis:

1. Com que regularidade o governo local transmite para a comunidade informações sobre as tendências locais de ameaças e medidas de redução de risco (utilizando um Plano de Comunicação de Risco, por exemplo), incluindo avisos prévios de provável impacto de risco?
2. Até que ponto as escolas e faculdades locais incluem cursos, educação ou treinamento na redução do risco de desastres (incluindo os riscos relacionados com o clima), como parte do currículo de educação?

4ª ação prioritária: reduzir fatores de risco subjacentes:

1. Até que ponto as políticas de Redução de Risco de Desastre de governo locais, estratégias e planos de implantação são integrados com o desenvolvimento ambiental e planos de gestão dos recursos naturais existentes?
2. Até que ponto as políticas de uso do solo e os regulamentos de planejamento para habitação e infra-estrutura de desenvolvimento levam o risco de desastre atual e o projetado (incluindo os riscos relacionados com o clima) em conta?
3. Até que ponto os regulamentos de uso e ocupação do solo para áreas de risco, e os códigos de construção, de segurança e de saúde são aplicados em todas as zonas de desenvolvimento e tipos de construção?
4. Até que ponto o governo local apoia a restauração, proteção e gestão sustentável dos serviços ambientais?
5. Quanto que as organizações da sociedade civil e os cidadãos participam na proteção, restauração e gestão sustentável dos serviços dos ecossistemas?

6. Quanto o setor privado participa na implantação de planos de gestão ambientais e de ecossistemas em seu município?
7. Qual é a extensão dos serviços financeiros (por exemplo, esquemas de poupança e crédito, macro e microsseguro) disponíveis para as famílias vulneráveis e marginalizadas instaladas em áreas de risco?
8. Até que ponto o micro financiamento, auxílio em dinheiro, empréstimos facilitados, garantias de empréstimos, etc. estão disponíveis para que as famílias afetadas possam reiniciar os meios de subsistência após desastres?
9. Como os incentivos econômicos para investir na redução de risco de desastres para as famílias e empresas (prêmios de seguro reduzidos para as famílias, isenções fiscais para as empresas) são estabelecidos?
10. Quão adequadamente equipamentos públicos críticos e infraestruturas localizados em áreas de alto risco recebem avaliações de risco para todos os tipos de ameaça e de segurança?
11. Quão adequadas são as medidas que estão sendo tomadas para proteger instalações públicas e de infra-estrutura críticas aos danos provocados por desastres?
12. Até que ponto as medidas para redução de risco de desastres estão integradas a ações de recuperação pós-desastre e atividades de reabilitação (ou seja, reconstruir melhor, subsistência de reabilitação)?
13. Até que ponto o governo local ou outros níveis de governo têm programas especiais para avaliar regularmente escolas, hospitais e unidades de saúde acerca da manutenção, cumprimento dos códigos de construção, segurança geral, riscos relacionados ao clima etc.?

5ª ação prioritária: reforçar a preparação para desastres para uma resposta eficaz em todos os níveis:

1. Com que regularidade os exercícios simulados são realizados com a participação de organizações governamentais, não governamentais, líderes locais e voluntários relevantes?
2. Quão disponíveis são os recursos-chave para uma resposta eficaz, tais como suprimentos de emergência, abrigos de emergência, rotas de abandono identificadas e planos de contingência permanentes?
3. Até que ponto o governo local tem um centro de operações de emergência (COE) e/ou um sistema de comunicação de emergência?
4. Quão conscientes estão os cidadãos dos planos de abandono ou exercícios para evacuações, quando necessários?
5. Até que ponto o Plano de Contingência (ou plano similar) inclui um esquema para a recuperação pós-catástrofe e reconstrução, incluindo avaliação das necessidades de reabilitação e meios de subsistência?
6. Até que ponto os simulados e exercícios regulares de preparação para desastres são realizados em escolas, hospitais e centros de saúde?
7. Até que ponto as instituições locais têm acesso às reservas financeiras para providenciar resposta efetiva a desastres e recuperação rápida?

## **ANEXO C – Ficha de inscrição para 1º ciclo**

### LOCALIZAÇÃO

O Estado de São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado na região Sudeste e tem por limites os Estados de Minas Gerais a norte e nordeste, Paraná ao sul, Rio de Janeiro a leste e Mato Grosso do Sul a oeste, além do Oceano Atlântico a sudeste. O Estado de São Paulo está dividido em 645 municípios, localizado nas coordenadas geográficas 21° 49' S 49° 12'W.

### TAMANHO (ANO):

Ocupa uma área de 248.223,21 Km<sup>2</sup> (2013 – fonte SEADE).

### POPULAÇÃO (ANO):

Possui uma população de 42.304.694 habitantes (fonte: SEADE / 2013).

### PIB:

R\$1.247.595,93; PIB per Capita R\$30.264,06 (fonte SEADE / 2010)

### AMEAÇAS TIPOS:

Deslizamentos, estiagem, enchentes, alagamentos, inundações, produtos perigosos.

### NOME DO GOVERNADOR:

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho.

### QUAL A SECRETARIA DA PREFEITURA SERÁ O PONTO FOCAL CAMPANHA?

Gabinete do Governador – Casa Militar – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

### DETALHES DO CONTATO:

NOME: coronel PM Marco Aurélio Alves Pinto

CARGO: Secretário-chefe da Casa Militar e coordenador estadual de Defesa Civil.

ENDEREÇO E CEP: Avenida Morumbi, 4.500, Morumbi, CEP 05650-905, São Paulo – SP.

EMAIL: defesacivil@sp.gov.br

TELEFONE: (11) 2193- 8674.

FAX: (11) 2193-8303.

### QUAL A INSTITUIÇÃO SE COMPROMETERÁ COM A CAMPANHA?

Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres no Estado de São Paulo – CEPED, da Universidade de São Paulo.

### MAIORES RISCOS DE DESASTRES

Os maiores riscos do Estado são de deslizamentos, estiagem, enchentes, alagamentos, inundações e acidentes com produtos perigosos.

Alcances e planos relacionados com os 10 pontos de verificação de cidades resilientes

Ponto 1 – Organização de redução de riscos e coordenação prontas

### AVANÇOS

O sistema estadual de Defesa Civil foi reorganizado em 16 de junho de 1.995, pelo decreto estadual nº 40.151, tendo como objetivo o planejamento e promoção da defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem.

Em 11 de setembro de 2008, foi instituído na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o Comitê para Estudos das Ameaças Naturais e Tecnológicas do Estado de São Paulo – CEANTEC;

Em 30 de novembro de 2009, foi publicada a Resolução CMIL-038/610, que dispõe sobre a instituição da Comissão do Plano de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2;

Em novembro de 2011, foi instituído o programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos – PDN;

Neste sistema a Defesa Civil Estadual realiza anualmente seminários, treinamento e capacitações aos agentes municipais de defesa civil de forma a fortalecer o sistema de Defesa Civil. No auxílio as ações de resposta faz a entrega de materiais de ajuda humanitária aos municípios necessitados e nas ações recuperativas firma convênios com os municípios afetados auxiliando na reconstrução das cidade com relação aos danos sofridos.

### PLANOS

Estruturação de escritórios regionais de Defesa Civil;

Aumentar os recursos financeiros para repasse de verbas aos municípios, através de convênios, não somente para obras recuperativas, mas principalmente obras preventivas de defesa civil. Aumentar

os cursos disponibilizados aos municípios, com a implantação inovadora de curso a distância; introdução de curso em formato de game aos alunos da rede pública estadual;

#### NIVEL – 3

Ponto 2 – Orçamentos

#### AVANÇOS

O Estado de São Paulo é o único da federação que possui recursos próprios de Defesa Civil, em seu orçamento para celebração de convênios com os municípios para obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil.

#### PLANOS

Utilização de parte dos recursos do Estado de acordo com o diagnóstico do Programa Estadual de Prevenção de Desastre Naturais e de Redução de Riscos Geológicos, que envolve mais de 15 secretarias estaduais.

#### NIVEL – 2

Ponto 3 – Avaliação de riscos preparada

#### AVANÇOS

Por meio da contratação do Instituto Geológico e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Estado de São Paulo já disponibilizou e mapeou áreas de risco de municípios, que de mão desta ferramenta de grande importância pode identificar os riscos suscetíveis ao seu município e estabelecer prioridades de políticas públicas.

Atendeu 202 municípios, mantendo assim o ciclo de identificação, monitoramento e preservação de vidas dos moradores destas áreas de risco. Foram ainda realizados cursos de capacitação pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e Instituto Geológico da Secretaria do Meio Ambiente, direcionados aos agentes municipais de Defesa Civil, a fim de disseminar a metodologia de identificação e classificação de risco por meio da percepção do risco.

#### PLANOS

Intensificar os cursos de capacitação realizados pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil por meio do Instituto Geológico, direcionados aos agentes municipais de Defesa Civil, a fim de disseminar a metodologia de identificação e classificação de risco por meio da percepção do risco. Permitindo-lhes a atualização constante dos planos.

#### NIVEL – 3

Ponto 4 – Investimentos em infraestrutura para reduzir riscos

#### AVANÇOS

Muitos dos danos provocados pelos desastres naturais podem ser minimizados, pela realização de obras estruturais, mas muitas vezes os municípios não dispõem de recursos suficientes, e o Estado com a assinatura de convênios torna possível sua concretização salvando vidas e contribuindo na diminuição dos valores dos danos materiais.

Diversas secretarias possuem recursos próprios para infraestrutura de redução de risco, a exemplo da Secretaria de Recursos Hídricos que realiza a limpeza dos rios, construções de “piscinões”, de forma a melhorar o sistema de drenagem dos municípios em nosso Estado.

#### PLANOS

Por meio do PDN conseguir direcionar recursos das secretarias de acordo com um Plano Estadual de Redução de Riscos, otimizando assim o investimento de recursos em benefício da população.

#### NIVEL – 2

Ponto 5 – Hospitais e Escolas Seguras

#### AVANÇOS

Desde 2012 o Estado de São Paulo implementou a cultura de elaboração de Planos de Contingência em Hospitais Públicos do Estado, de forma a se prepararem para uma evacuação ou isolamento de alas durante os desastres. O Estado tem o programa escola da família, onde todo final de semana abre as dependências da escola a toda a comunidade e promove atividades e oficinas para os alunos e familiares.

#### PLANOS

Realizar cursos sobre percepção de risco destinados aos professores e agentes de saúde.

#### NIVEL – 2

Ponto 6 – Edifícios cumprem com a regulamentação de riscos e uso de terras aplicada

**AVANÇOS** O Estado incentiva os municípios a adotarem normas para o uso e parcelamento do solo, bem como a elaboração de plano diretor e planos de contingência, identificando áreas de risco que não devam ser ocupadas.

**PLANOS** Cobrar a elaboração dos Planos de Contingência dos Municípios, bem como a intensificação de fiscalização nestas áreas. Sensibilizar a comunidade a denunciar novas invasões.

**NIVEL – 2**

Ponto 7 programas de educação e treinamento

**AVANÇOS**

O Estado realiza palestras e seminários direcionados aos integrantes do sistema municipal de Defesa Civil, abordando temas sobre noções básicas de defesa civil, identificação e mapeamento de áreas de riscos, sistemas de unificação de comando e gerenciamento de abrigos temporários, disponibiliza também acesso ao curso Defesa Civil A Aventura, que em formato de game gera aprendizado ao público jovem com entretenimento. Nos últimos 5 anos mais de 10 mil pessoas passaram por treinamentos da Defesa Civil do Estado.

**PLANOS**

Após firmado parceria com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), a 4ª Universidade Pública do Estado, disponibilizaremos um curso a distância para a formação de agentes gestores de Defesa Civil, com uma carga horária de 360 horas-aula. Além da manutenção de cursos e palestras presenciais e a ampliação do curso Defesa Civil A Aventura para escolas particulares.

**NIVEL – 3**

Ponto 8 – Ecossistemas e áreas de proteção

**AVANÇOS**

A Defesa Civil do Estado incentiva os municípios a se inscreverem nos programas selo verde, azul, e os capacita durante treinamentos para Operação Corta Fogo. No ano de 2013 cerca de 430 municípios receberam capacitação para seus agentes atuarem como brigadistas de incêndios, nas oficinas de treinamento para o período de estiagem.

**PLANOS**

Manter a parceria e fomentar as ações sustentáveis do Estado.

**NIVEL – 2**

Ponto 9 – Alerta prévio instalada

**AVANÇOS**

O Estado de São Paulo por meio da coordenadoria estadual de Defesa Civil disponibiliza aos 645 municípios do Estado serviço de meteorologia, enviando boletins meteorológicos e alertas de níveis dos rios (SAISP) por email, sistema de alerta via SMS.

**PLANOS**

Integração dos sistemas do Sistema Estadual Integrado de Defesa Civil (SIDECA), S2ID (Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres) do governo federal, SIOPM (Sistema da Polícia Militar do Estado de São Paulo), além de sistemas municipais, permitindo aos municípios mais informações e bases de consulta para emissão de alertas.

**NIVEL – 2**

Ponto 10 – Reconstrução com base na necessidade (sobreviventes)

**AVANÇOS** O Estado de São Paulo possui 4 depósitos (um na capital, um no Vale do Paraíba e outros dois no Vale do Ribeira) que possuem estoque estratégico de forma a poder atender aos municípios atingidos por desastres e que necessitem de itens de ajuda humanitária. Há ainda a possibilidade dos municípios utilizarem barracas da CEDEC-SP para servirem como ponto de apoio na emergência.

Por meio da Secretaria da Habitação a população afetada por desastres podem receber repasse de recursos financeiros pelo programa AME (Auxílio Moradia Emergencial).

**PLANOS**

Ampliar os Depósitos Estratégicos da Defesa Civil de forma a acompanhar os Escritórios Regionais a fim de atender as 16 regiões administrativas do Estado.

**NIVEL – 2**

## ANEXO D - Prioridade de ação 1 para 2º ciclo

### Indicador central 1.1

Política nacional e quadro jurídico para a redução de risco de desastres existem com responsabilidades descentralizadas e capacidades em todos os níveis.

5: Até que ponto as organizações locais (incluindo o governo local) estão capacitadas (conhecimento, experiência, mandato oficial) para a redução de risco de desastres e adaptação à mudança climática?

#### Descrição

O sistema estadual de Defesa Civil foi reorganizado em 16 de junho de 1.995, pelo decreto estadual nº 40.151, tendo como objetivo o planejamento e promoção da defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem. Em 11 de setembro de 2008, foi instituído na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, o Comitê para Estudos das Ameaças Naturais e Tecnológicas do Estado de São Paulo – CEANTEC; Em 30 de novembro de 2009, foi publicada a Resolução CMIL-038/610, que dispõe sobre a instituição da Comissão do Plano de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2; Em novembro de 2011, foi instituído o programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos – PDN, com a participação de todas as secretarias com objetivo que unificar as ações de redução de risco no Estado; Neste sistema a Defesa Civil Estadual realiza anualmente seminários, treinamento e capacitações aos agentes municipais de defesa civil de forma a fortalecer o sistema de Defesa Civil. No auxílio as ações de resposta faz a entrega de materiais de ajuda humanitária aos municípios necessitados e nas ações recuperativas firma convênios com os municípios afetados auxiliando na reconstrução das cidade com relação aos danos sofridos. Para melhorar ainda mais o atendimento aos municípios, foram fornecidos materiais de estruturação para a montagem dos escritórios regionais de Defesa Civil, que atendem os 645 municípios do Estado.

5: Até que ponto existem parcerias entre as comunidades, setor privado e autoridades locais para reduzir o risco?

#### Descrição

Em 2014 aumentaram os cursos disponibilizados aos municípios, sejam presenciais (Oficinas Preparatórias para Operação Verão e Operação Estiagem) ou a distância como o Curso de formação de agentes e gestores de Defesa Civil, fruto da parceria com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo. No final de 2013 houve a introdução de curso em formato de game aos alunos da rede pública estadual, o "Defesa Civil: a aventura". No mês de fevereiro de 2014, foi lançado o projeto estadual "Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLPA)", com a participação das secretarias de Habitação, Meio Ambiente e Defesa Civil, com adesão dos 16 municípios que possuem praia. Para realização da Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil foi criada uma Comissão Organizadora (COE) com representantes do Poder Público de diversas áreas, da Sociedade Civil, Conselhos Profissionais e Comunidade Científica. A COE trabalhou ao longo de 4 meses e acredita-se que esse contato renda outras parcerias, principalmente com a Sociedade Civil.

### Indicador central 1.2

Recursos específicos e adequados estão disponíveis para implantar planos de redução de risco de desastres e atividades em todos os níveis administrativos.

5: Até que ponto o governo local tem acesso a recursos financeiros adequados para realizar as atividades de redução de risco?

#### Descrição

Muitos são os exemplos de projetos realizados com financiamento estrangeiro, recursos estaduais ou federais. O Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, iniciado no ano de 2007, na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo, consiste na transferência de famílias que viviam nas áreas de risco dos bairros cotas e é um modelo do emprego de financiamento na redução de riscos no Estado. O programa é uma parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento – "BID" com o Governo de São Paulo, com investimento de R\$ 1.071 bilhão para a construção de novas moradias, reurbanização de bairros, recuperação de áreas degradadas da Mata Atlântica e fortalecimento da gestão de parques estaduais, estações ecológicas e APAs Marinhas. A Defesa Civil do Estado de São Paulo também repassa verba para obras de prevenção e recuperação, permitindo assim que os

governos locais possam realizar mais ações na busca de comunidades resilientes. No ano de 2013, houve o aumento de 25% no investimento dos recursos financeiros previstos e o repassado aos municípios, através de convênios, não somente para obras recuperativas, mas principalmente obras preventivas de Defesa civil. Outro exemplo foi a parceria entre o governador Geraldo Alckmin e o presidente francês, François Hollande, que assinaram em 2013 dois acordos entre o Estado de São Paulo e a França que englobam diversas áreas, como desenvolvimento sustentável, habitação, mobilidade urbana e saneamento. Entre as iniciativas, está a troca de tecnologia e conhecimentos entre a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) com o Siaap (Sindicato Interdepartamental de Saneamento da Grande Paris), que foi responsável pela despoluição do Rio Sena.

4: Até que ponto o governo local aloca recursos financeiros suficientes para realizar atividades de Redução de Risco de Desastres incluindo resposta efetiva a desastres e recuperação?

Descrição

Em 2013 o governador do Estado de São Paulo, assinou 4.026 convênios com 627 municípios paulistas, perfazendo um investimento total de R\$ 1.190.737.886,57, nas áreas da educação, saúde, habitação, infraestrutura, desenvolvimento social, turismo, esporte, meio ambiente, saneamento, justiça, casa militar, agricultura, direitos da pessoa com deficiência e cultura também foram realizados com 201 instituições sem fins lucrativos. Os recursos direcionados pela CEDEC/SP em estruturação de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, por meio de repasse de materiais de identificação visual, pluviômetros, equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios nos últimos anos dobrou. Cerca de 100 mil habitantes da região da Bacia do rio Verde serão diretamente beneficiados com as obras, que têm investimento de R\$ 29 milhões, sendo que 80% da área da região de Itaquera, em São Paulo, já foi despoluída. O investimento compreende a execução de 7,2 km de coletores tronco e coletores secundários, obras complementares e cerca de 25 interligações. O DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) realiza um importante trabalho de limpeza e desassoreamento de 1,2 quilômetro do ribeirão dos Toledos, em Santa Bárbara D'Oeste, a ação é realizada em parceria com a prefeitura local com o uso de uma drag-line do Dae e acompanhamento da equipe técnica da Diretoria da Bacia do Médio Tietê, com sede em Piracicaba. A máquina está removendo sedimentos depositados no fundo do canal, medida que deverá contribuir para reduzir os riscos de inundações.

Indicador central 1.3

A participação da comunidade e a descentralização são asseguradas por meio da delegação de autoridade e de recursos aos níveis locais.

4: Quanto o governo local apoia comunidades vulneráveis locais (especialmente as mulheres, idosos, enfermos, crianças) a participarem ativamente na tomada de decisão sobre redução de risco, formulação de políticas, planejamento e processos de implantação?

Descrição

O Governo do Estado de São Paulo, compromissado com a proteção de seus cidadãos, firmou um Termo de Adesão, publicado em 18 de fevereiro do presente ano no Diário Oficial da União, ao Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 06 de dezembro de 2012. Para o sucesso deste Protocolo, foi constituído um Comitê Gestor Estadual, que norteará os estudos de implementação de políticas públicas, com vistas a assegurar a proteção integral desse público nas ações de prevenção, preparação, resposta, e recuperação. Este Comitê tem a participação de representantes de diversas Secretarias de Estado, sendo que a Coordenação dos trabalhos será feita por representantes das Secretarias da Casa Civil e Casa Militar.

O Programa Córrego Limpo, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, contempla ações para ampliar a coleta e tratamento dos esgotos gerados nas bacias hidrográficas dos córregos urbanos. O sucesso do projeto depende da participação e envolvimento da comunidade, uma vez que as obras realizadas devem ser mantidas e preservadas. Desta forma cabe à população cuidar dos córregos e das áreas ao redor para evitar o depósito de lixo, lançamento de esgotos clandestinos e ocupações irregulares. Para isso é desenvolvido um trabalho de educação ambiental em que os moradores são convidados a participar do processo identificando a importância do córrego para a sua região e a necessidade da

despoluição para a melhoria da qualidade de vida da população não de forma isolada, mas com ganhos a todos os municípios.

5: Até que ponto o governo local oferece treinamento em redução de risco para as autoridades locais e líderes comunitários?

Descrição

Em 2013 a Defesa Civil do Estado de São Paulo realizou treinamentos em diversas regiões a fim de atender o maior número de agentes municipais de Defesa Civil e voluntários. Ao todo, foram realizadas 18 oficinas regionais e 7 cursos para as regiões que operam Planos Preventivos de Defesa Civil, somando mais de 2500 pessoas capacitadas. Em 2014 aumentaram os cursos disponibilizados aos municípios, sejam presenciais (Oficinas Preparatórias para Operação Verão e Operação Estiagem) ou a distância como o Curso para agentes de Defesa Civil, fruto da parceria com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo. No final de 2013 houve a introdução de curso em formato de game aos alunos da rede pública estadual, o "Defesa Civil: a aventura". As Secretarias da Educação e do Meio Ambiente realizaram uma parceria para transformar escolas estaduais em polos de formação sustentável para alunos da rede. Uma equipe da Educação vai disponibilizar um passo a passo para orientar os diretores e dirigentes de ensino sobre a utilização do kit e sobre as publicações indicadas para cada série. O acervo sustentável, composto por 120 mil títulos no total – entre almanaques, cartilhas e dicionários – ficará disponível nas salas de leitura ou nos espaços destinados aos livros em todas as escolas do Estado e será distribuído aos professores-coordenadores de educação ambiental das 91 diretorias de ensino e aos monitores do projeto APE (Ações Preventivas na Escola), que atuam no Programa Escola da Família. Com linguagem lúdica e ilustrações, o kit foi elaborado pela Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) da Secretaria do Meio Ambiente e contempla desde histórias infantis até guias de gestão de desastres ambientais.

5: Com que regularidade o governo local conduz programas de conscientização e educação sobre Redução de Risco de Desastres e prevenção de catástrofes para as comunidades locais?

sim: programas incluem questões de diversidade cultural

sim: programas são sensíveis às perspectivas de gênero

Descrição

As Secretarias da Educação e do Meio Ambiente realizaram uma parceria que objetiva transformar as cinco mil escolas estaduais em polos de formação sustentável para quatro milhões de alunos da rede. Cada unidade escolar receberá um kit de educação ambiental, formado por 24 livros, que orientam crianças e adolescentes de todas as idades a reciclar lixo, amenizar o aquecimento global, economizar água e luz entre outros tópicos de proteção dos recursos naturais do planeta. O acervo ainda poderá servir de base para mobilizações e atividades educativas a favor do meio ambiente, organizadas pelas 2,3 mil Escolas da Família – que abrem as portas para a comunidade aos finais de semana. Com linguagem lúdica e ilustrações, o kit foi elaborado pela Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) da Secretaria do Meio Ambiente e contempla desde histórias infantis até guias de gestão de desastres ambientais.

Indicador central 1.4

Uma plataforma nacional multissetorial para a redução de risco de desastres está funcionando.

4: Até que ponto o governo local participa do planejamento nacional da Redução de Risco de Desastres?

Descrição

A CEDEC/SP coordenou conferências de Proteção e Defesa Civil em todo o território do Estado de São Paulo. Ao todo, foram realizadas 19 conferências intermunicipais, que por meio do processo democrático realizaram propostas de princípios e diretrizes com a finalidade de balizar políticas públicas nas áreas de Proteção e Defesa Civil em todo o país. Esse processo contou com a participação de diversos segmentos da sociedade: representantes do Poder Público, da Sociedade Civil, dos Conselhos Profissionais e da Comunidade Científica. A ação objetiva eleger delegados para participar da II Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil. A temática de redução de riscos ainda é um tema novo no nosso país, entretanto estamos tentando participar ativamente dessa discussão.

Prioridade de Ação 2

Indicador central 2.1

Avaliações de risco locais e nacionais baseadas em base de dados sobre ameaças e informações sobre vulnerabilidades estão disponíveis e incluem níveis de risco.

4: Até que ponto o governo local realizou avaliações de risco de desastres completos para os principais setores de desenvolvimento vulneráveis em sua autoridade local?

Descrição

O Estado de São Paulo realiza anualmente investimentos para identificar e classificar áreas de risco nos municípios paulistas. Atualmente 187 municípios paulistas possuem instrumentos de identificação de riscos, e os relatórios e mapas com o resultado desse trabalho estão disponíveis no site da Defesa Civil do Estado (CEDEC/SP), com acesso livre a todos, especialmente para moradores e representantes do poder público das cidades. A CEDEC/SP em parceria com o Instituto Geológico da Secretaria do Meio Ambiente realiza também treinamentos específicos para identificação de áreas de risco, durante os cursos os agentes municipais de Defesa Civil aprendem a identificar sinais de instabilidade em moradias e terrenos, além de classificá-los em 4 níveis: sendo R1 risco baixo e R4 risco muito alto. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, São Paulo é o estado brasileiro com melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com 0,783 (a escala vai de 0 – pior – a 1 – melhor). O estudo é divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fundação João Pinheiro. Educação, saúde e renda são os pilares da pesquisa e oferecem os dados para os órgãos traçarem o panorama do desenvolvimento humano dos municípios e a desigualdade entre eles em vários aspectos do bem-estar.

São analisados indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Em todas essas áreas, o Governo do Estado de São Paulo mantém programas que impactam positivamente na boa colocação dos municípios paulistas no ranking.

3: Até que ponto essas avaliações de risco são regularmente atualizadas, por exemplo, anualmente, ou em uma base bi-anual?

Descrição

Os municípios (governos locais) recebem o material sabendo que a validade da classificação é de 1 ano, isso porque dependendo da intervenção na área o risco pode diminuir (obras de contenção ou remoção de famílias) ou aumentar (o crescimento desordenado de moradias na região). A atualização é responsabilidade do município que pode enviar seus agentes para capacitação nos cursos regulares da Defesa Civil do Estado ou solicitar curso específico para toda sua região. Entretanto os municípios nem sempre conseguem visualizar a importância desse primoroso instrumento de identificação de riscos.

4: De que maneira as avaliações de risco de desastres estão incorporadas em todos os planos de desenvolvimento local relevante de uma forma consistente?

Descrição

Atualmente os municípios devem realizar planos diretores respeitando as definições de Áreas de Preservação Ambiental, parques, mananciais, além de cumprir as legislações de uso e ocupação do solo. No ano de 2012 a Secretaria Nacional de Defesa Civil criou um modelo de Plano de Contingência onde as cidades e estados deveriam preencher identificando suas vulnerabilidades e especificando como agir antes, durante e após uma emergência. Para difundir esse modelo, a Defesa Civil do Estado realizou treinamentos regionais, convidando os 645 municípios paulistas. Outro avanço sobre a incorporação dos mapas de risco no desenvolvimento urbano, é a obrigatoriedade das novas moradias populares (feitas pelo governo estadual) serem construídas em áreas consideradas sem risco pela Defesa Civil e a priorização de atendimento às famílias moradoras de áreas de risco como beneficiárias.

4: Até que ponto as escolas, hospitais e unidades de saúde recebem atenção especial para avaliações de risco para "todos as ameaças" em sua autoridade local?

sim: Escolas

sim: Hospitais / centros de saúde

Descrição

Nos modelos de Planos Preventivos e de Contingências sugeridos e ensinados pela Defesa Civil do Estado para os governos locais, devem ser priorizados os locais públicos e coletivos como hospitais e

escolas. Devem ser previstas planos de evacuação com segurança dos enfermos e alunos. O Estado de São Paulo, além de inúmeras iniciativas, entre elas a construção de hospitais públicos estaduais, fomenta a participação dos municípios na campanha "Construindo Cidades Resilientes", chegando ao expressivo de 121 municípios que aderiram.

3: Quão seguras são todas as principais escolas, hospitais e unidades de saúde em relação a desastres de forma que tenham capacidade de se manter operacionais durante emergências?

sim: Escolas

sim: Hospitais / centros de saúde

Descrição

Os hospitais estaduais possuem planos de contingência específicos para funcionarem durante emergências. De forma que de acordo com a classificação da anormalidade, que consiste no número de vítimas e/ou o quanto da estrutura do hospital foi prejudicada, mantem-se, restringe-se ou evacua-se essas unidades. Para as escolas ainda não há um plano padronizado de atuação; Não é unificada a forma de agir antes, durante ou após a emergência.

Indicador central 2.2

Os sistemas existem para monitorar, arquivar e difundir dados sobre riscos chave e vulnerabilidades . Não há questões relacionadas ao contexto local

Indicador central 2.3

Os sistemas de alerta estão em vigor para todos os grandes riscos, com divulgação às comunidades.

5: Até que ponto os centros de alerta estão estabelecidos, com pessoal adequado (ou pessoal de plantão) e com recursos suficientes (back ups de energia, redundância de equipamentos etc. ) o tempo todo?

Descrição

Contamos com equipes especializadas que trabalham em regime de plantão 24 horas por dia os 365 dias do ano, desenvolvendo inúmeros trabalhos junto aos municípios. Disponibilizamos os serviços de meteorologia, enviando boletins e alertas de níveis dos rios e chuvas por e-mail e SMS, com todas as informações de cada região. Possuímos um sistema de nobreks e equipes especializadas para manutenção. As equipes municipais são treinadas anualmente para que saibam como agir e operacionalizar seus planos ao receberem os alertas.

3: Quanto que os sistemas de alerta e alarme permitem a participação adequada da comunidade?

Descrição

Nossos sistemas são regionalizados e permitem o cadastro de integrantes e representantes dos diversos segmentos presentes nos municípios. Ficando a cargo dos governos locais indicar as pessoas que terão acesso as informações. A Defesa Civil do Estado incentiva a criação de Núcleos de Defesa Civil (NUDECs), que são grupos de Defesa Civil formados em comunidades vulneráveis, com o apoio de lideranças comunitárias é possível disseminar uma cultura prevencionista, onde o próprio morador acompanhe a quantidade de chuvas por meio da leitura de pluviômetros, ou acompanhe os níveis de rios e córregos por meio de régua específicas. Há a necessidade de ampliação dos NUDECs em todo o Estado de São Paulo.

Indicador central 2.4

Avaliações de risco locais e nacionais levam em conta riscos regionais / transfronteiriços, tendo em vista a cooperação regional sobre redução de risco.

4: Até que ponto as avaliações de risco locais, estão associadas e apoiadas nos conhecimentos e avaliações comunitárias e nos planos de gestão nacionais e estaduais?

Descrição

Os treinamentos são realizados de forma regionalizada a fim de que os problemas e vulnerabilidades sejam semelhantes e conseqüentemente a forma de enfrentamento também o são. Durante esses encontros os governos locais trocam experiências e conversam sobre soluções comuns. Atualmente as regiões do Estado e São Paulo estão sendo redesenhadas a fim de que representem melhor os problemas, anseios e objetivos. Para isso a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano tem criado as regiões metropolitanas, os aglomerados urbanos e microrregiões. Outro critério que objetiva o adequamento das divisões é seguir as Bacias Hidrográficas, vez que, as maiores ocorrências paulistas são inundações, escorregamentos, enxurradas e raios.

Prioridade de Ação 3

### Indicador central 3.1

Informações relevantes sobre desastres estão disponíveis e acessíveis em todos os níveis, a todos os interessados (por meio de redes, desenvolvimento de sistemas de compartilhamento de informação, etc.)

4: Com que regularidade o governo local transmite para a comunidade informações sobre as tendências locais de ameaças e medidas de redução de risco (utilizando um Plano de Comunicação de Risco, por exemplo), incluindo avisos prévios de provável impacto de risco?

#### Descrição

No Estado de São Paulo são realizados treinamentos específicos levando em conta o período do ano e o tipo de evento esperado ou de maior probabilidade a ser desencadeado nas regiões. Nesses treinamentos são transmitidas as tendências e previsões de ameaças de cada localidade, sendo possível que os governos locais se preparem para a ocorrência de eventos. Os maiores problemas que afetam o Estado são os períodos de chuvas intensas e os períodos de estiagem. Por essa razão disso dividimos os treinamentos em dois grandes períodos que antecedem os problemas e possibilitam a preparação dos municípios para enfrentamento de eventos extremos. Paralelo aos treinamentos, mantém-se o monitoramento 24 horas por dia, a fim de mantê-los informados a respeito dos eventos por meio de mensagens eletrônicas e do envio de SMS.

### Indicador central 3.2

Currículos escolares, material de educação e treinamentos relevantes incluem a redução de risco de desastres e os conceitos de recuperação e práticas.

4: Até que ponto as escolas e faculdades locais incluem cursos, educação ou treinamento na redução do risco de desastres (incluindo os riscos relacionados com o clima), como parte do currículo de educação?

#### Descrição

Foi desenvolvido o curso: "Defesa Civil: A Aventura" que em formato de game visa a mudança de cultura, com conteúdo transmitido de forma lúdica e divertida transmite orientações preventivas para alunos de 11 a 17 anos. O curso foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Educação com propósito de ensinar as crianças do ensino médio e fundamental, levando maior segurança e conhecimento para o ambiente escolar e conseqüentemente multiplicado nas famílias.

### Indicador central 3.3

Métodos de pesquisa e ferramentas para multi-avaliações de risco e análise de custo-benefício são desenvolvidos e fortalecidos.

Não há questões relacionadas ao contexto local

### Indicador central 3.4

Estratégia de consciência pública nacional existe para estimular uma cultura de resistência ao desastre, com extensão às comunidades urbanas e rurais.

Não há questões relacionadas ao contexto local

### Prioridade de Ação 4

#### Indicador central 4.1

A redução de risco de desastres é um objetivo essencial das políticas e planos ambientais correlatos, inclusive para uso do solo, manejo de recursos naturais e adaptação à mudança climática.

4: Até que ponto as políticas de Redução de Risco de Desastre de governo locais, estratégias e planos de implantação são integrados com o desenvolvimento ambiental e planos de gestão dos recursos naturais existentes?

#### Descrição

Nos treinamentos da Defesa Civil do Estado o foco é a redução de risco de desastres como objetivo principal, incentivando a participação dos governos locais ao programa construindo cidades resilientes. Também mantemos parceria com a secretaria do meio ambiente, integrando inúmeros programas de incentivo aos governos locais onde são previstos critérios a serem atingidos e a cada ciclo é avaliada a eficácia dos Municípios na condução das ações propostas. A partir dessa avaliação, são disponibilizados à Secretaria do Meio Ambiente, ao Governo de Estado, às Prefeituras e à população o Indicador de Avaliação Ambiental – IAA. São certificados os governos locais que atingem os objetivos do programa, sendo pré-requisito para a liberação de recursos do Fundo Estadual de Controle da Poluição – FECOP, controlado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

5: Até que ponto as políticas de uso do solo e os regulamentos de planejamento para habitação e infra-estrutura de desenvolvimento levam o risco de desastre atual e o projetado (incluindo os riscos relacionados com o clima) em conta?

sim: habitação

sim: comunicação

sim: transporte

sim: energia

Descrição

No Estado de São Paulo foi realizado um projeto piloto na comunidade Jardim Santo André, denominado "São Paulo Riscando o Risco". O projeto possui como obstáculos a altíssima densidade habitacional e o relevo acidentado, com diferença de nível de 140 metros entre a cota mais alta e a mais baixa, que gerou a delimitação de 30 setores de risco geotécnico, segundo laudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, agravando a situação. Com tudo isso, a Secretaria de Estado da Habitação e a CDHU, em parceria com a Prefeitura de Santo André, é responsável por mudar a vida de 9.100 famílias moradoras do bairro. A remoção desses moradores obedece ao Termo de Ajuste de Conduta, emitido pelo Ministério Público. As famílias removidas estão sendo assistidas pelo Estado, recebendo auxílio-aluguel mensal até o reassentamento definitivo, e pela Prefeitura de Santo André. O trabalho objetiva resolver passivos ambientais e sociais e promover melhorias na área. Até 20

15, o Jardim Santo André receberá investimentos de R\$ 509 milhões (R\$ 207 milhões do Governo Federal). Cerca de R\$ 250 milhões já foram aplicados no local. O propósito é transformar a área do Jardim Santo André em um bairro completo, com funcionalidade e menor impacto no seu entorno. Além da preocupação em oferecer serviços públicos que possam atender às demandas mais urgentes da população, como creches, escolas, postos de saúde, Batalhão da Polícia Militar, em uma "pacificação preventiva". Entretanto, faz-se necessária a participação dos moradores e o apoio dos cidadãos da comunidade.

4: Até que ponto os regulamentos de uso e ocupação do solo para áreas de risco, e os códigos de construção, de segurança e de saúde são aplicados em todas as zonas de desenvolvimento e tipos de construção?

Descrição

Promover condições dignas de moradia para a população de baixo poder aquisitivo consiste na principal atribuição da Secretaria de Estado da Habitação (SH) e de seus dois braços operacionais, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), e a Agência Paulista de Habitação Social (Casa Paulista). Nesse sentido, a Secretaria de Habitação tem buscado empreender iniciativas para alavancar recursos e impulsionar a construção de moradias para a população de baixa renda, a urbanização de favelas e promover ações preventivas/corretivas em áreas de risco. Cinco linhas estratégicas têm orientado suas ações, voltadas ao atendimento às necessidades habitacionais no Estado, além de propor soluções urbanas planejadas e sustentáveis, desenvolvidas para oferecer moradias dignas, com mais qualidade de vida e sustentabilidade. São elas: Ação estratégica em áreas de risco; Habitação, proteção ambiental e recuperação urbana de favelas e cortiços; Habitação sustentável no litoral paulista; Fundos habitacionais: incentivo à produção de habitação de interesse social;

Cidade Legal e Planejada: apoio à regularização fundiária e aos planos habitacionais locais.

Essas cinco linhas estratégicas orientaram a elaboração da proposta do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado de São Paulo – PPA 2012-2015 (documento integral), estabelecendo a meta de promover a construção de novas moradias populares para atender famílias que moram em cortiços, favelas e áreas de risco, com ênfase para as Regiões Metropolitanas.

5: Quão fortes são os regulamentos existentes (planos de uso e ocupação do solo, códigos de construção, etc.) para apoiar a redução de risco de desastres locais?

Descrição

Política de Subsídios é uma das características marcantes do conjunto de políticas que compõem a Política Habitacional do Estado de São Paulo, visto que, para viabilizar a promoção do atendimento às famílias de baixa renda, é necessária a concessão de subsídios, dada a incapacidade dessas famílias terem acesso ao mercado formal de crédito, gerando um déficit de moradias de grandes proporções no Estado.

A edição da lei em 1989, buscou mudar esta situação, assegurando os recursos para investimentos habitacionais, e estabelecendo diretrizes para a atuação da CDHU, como o atendimento à população de baixa renda, com prioridade à faixa com rendimento familiar entre 1 e 3 salários mínimos mensais e destinação de recursos para projetos de urbanização em favelas. Prevê ainda, a adoção de uma regra para o financiamento habitacional limitando o valor máximo das prestações a serem pagas, ao rendimento mensal de cada família. No financiamento de um empreendimento habitacional, a Política de Subsídios adota o modelo de subsídios cruzados, onde os descontos sobre as prestações dos financiamentos concedidos às famílias com capacidade de pagamento insuficiente, são compensados pela majoração em até 10%, do encargo das prestações dos financiamentos concedidos às famílias com capacidade de pagamento suficiente. Estes descontos são concedidos por uma única vez, são regressivos ao longo do prazo máximo de 25 anos do financiamento e variam segundo os limites de comprometimento de renda por intervalo de renda, expostos no quadro acima. Em empreendimentos onde as Prefeituras Municipais doam o terreno à CDHU, o seu valor correspondente não incide no encargo final a ser pago pelo mutuário.

4: Até que ponto o governo local apoia a restauração, proteção e gestão sustentável dos serviços ambientais?

sim: florestas

sim: zonas costeiras

sim: zonas húmidas

sim: recursos hídricos

sim: bacias fluviais

sim: pesca

Descrição

O Programa Município VerdeAzul da Secretaria do Meio Ambiente, que descentraliza a agenda ambiental paulista buscando maior eficiência na gestão do tema, teve em 2013 sessenta e sete municípios, que desenvolveram atividades e projetos importantes na área ambiental, atingiram nota superior a 80 e receberam o selo Município Verde Azul. As ações realizadas em 2013 foram avaliadas pela equipe do programa e reconhecidas pelo Governo do Estado. Ao todo, foram cadastrados 587 municípios, o correspondente a 91% do Estado, dos quais 489 entregaram planos de ação e foram avaliados. Para o ano de 2014 dentre as 10 (dez) Diretivas, utilizadas como critérios para avaliação, o Estado de São Paulo incluiu a necessidade do município aderir a campanha da UNISDR: Construindo Cidades Resilientes. Seguem os 10 itens (diretivas) utilizadas para avaliação dos municípios paulistas que buscam a Certificação VerdeAzul: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental, Conselho Ambiental.

5: Quanto que as organizações da sociedade civil e os cidadãos participam na proteção, restauração e gestão sustentável dos serviços dos ecossistemas?

Descrição

Os novos projetos de intervenção em comunidades já estão sendo realizados com gestão participativa. Um bom exemplo é o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, desenvolvido desde 2007 e premiado internacionalmente. Trata-se de uma solução do problema das ocupações irregulares em áreas encravadas em um ecossistema que, embora seja de preservação ambiental, está ameaçado pela ação do homem. Houve investimento de R\$ 1 bilhão, em parceria com o BID e o governo federal, o Programa atenderá mais de 30 mil pessoas e recuperará mais de 800 mil m<sup>2</sup> de mata atlântica. O trabalho não se restringe apenas ao reflorestamento da área e à remoção e ao reassentamento das famílias. A atuação da Secretaria Estadual da Habitação, em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, visa melhorar as condições de vida de toda a população local. Por isso, foi eleita em 2012 a melhor iniciativa governamental do Prêmio da Academia Greenbest de sustentabilidade.

Estão sendo transferidas 5 mil famílias de áreas de riscos geológicos para três empreendimentos. São bairros, com diretrizes de sustentabilidade e infraestrutura completa e serviços de educação, saúde e lazer. Em 2011, um dos empreendimentos foi eleito pelo Programa Sushi – iniciativa de Habitação Social Sustentável, da ONU – como alternativa replicável em todo o mundo de moradia popular sustentável. A CDHU estabeleceu parceria com o projeto ‘Fábrica da Comunidade’, da

Prefeitura de Cubatão, que formou moradores nos cursos de 'Inspeção e Medição' e 'Metalurgia e Siderurgia'. O trabalho social da CDHU junto às comunidades da Serra do Mar promove a sustentabilidade urbanística, socioeconômica, ambiental e cultural durante a intervenção, estimulando a participação popular no processo de transformação do bairro. São iniciativas como o 'Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local', que promove a geração de trabalho e renda a partir das potencialidades regionais, ou a oferta do 'Curso de Formação de Agentes Comunitários', do 'Viveiro Escola Cota Viva', de capacitação de viveiristas ou as oficinas de arte-educação do 'Projeto Arte nas Cotas'. Os moradores têm ainda voz ativa no 'Projeto ComCom', canal interativo de oficinas, jornais, programas de rádio e de TV comunitária. Com o programa, em meio a uma intervenção tão complexa, foi possível promover a dignidade e incitar o exercício da plena cidadania e da vida harmônica em condomínio e em sociedade de todas as famílias atendidas.

4: Quanto o setor privado participa na implantação de planos de gestão ambientais e de ecossistemas em seu município?

Descrição

Em 2013, o governador Geraldo Alckmin assinou decreto regulamentando a lei nº 11.878, que cria o Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo. O Governo vai premiar entidades, empresas, órgãos públicos, autarquias e prefeituras que desenvolverem ações de preservação e respeito ao meio ambiente. O selo será concedido em parceria com a Funama (Fundação Nacional do Meio Ambiente Dr Ernesto Pereira Lopes).

Indicador central 4.2

Políticas e planos de desenvolvimento social estão sendo implantados para reduzir a vulnerabilidade das populações de maior risco.

5: Qual é a extensão dos serviços financeiros (por exemplo, esquemas de poupança e crédito, macro e microsseguro) disponíveis para as famílias vulneráveis e marginalizadas instaladas em áreas de risco?

Descrição

A Política de Subsídios é uma das características marcantes do conjunto de políticas que compõem a Política Habitacional do Estado de São Paulo, visto que, para viabilizar a promoção do atendimento às famílias de baixa renda, é necessária a concessão de subsídios, dada a incapacidade dessas famílias terem acesso ao mercado formal de crédito, gerando um déficit de moradias de grandes proporções no Estado. Mutuários da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) podem se beneficiar do programa de microcrédito habitacional Casa Paulista Microcrédito/Banco do Povo Paulista para fazer melhorias em suas unidades habitacionais. O programa, executado por meio do BPP (Banco do Povo Paulista), realiza empréstimos aos mutuários que estejam em dia com a CDHU que desejam reformar, ampliar ou fazer adequações nas moradias.

5: Até que ponto o micro financiamento, auxílio em dinheiro, empréstimos facilitados, garantias de empréstimos, etc. estão disponíveis para que as famílias afetadas possam reiniciar os meios de subsistência após desastres?

Descrição

A Secretaria Estadual de Habitação, por meio da CDHU possui o Programa "Moradia Rural" desenvolvido para famílias de trabalhadores que, de forma geral, estão ligadas à atividade rural, residentes na área rural ou urbana dos municípios, por meio de diversas soluções de atendimento adequadas às suas características. Por meio da produção de moradias em regime de autoconstrução (Mutirão), em lotes rurais e/ou conjuntos habitacionais, O estado de São Paulo repassa à Prefeitura os recursos para a construção de moradias e atua em parceria com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP.

Indicador central 4.3

Planos e políticas setoriais econômicas e produtivas foram implantados para reduzir a vulnerabilidade das atividades econômicas.

3: Como os incentivos econômicos para investir na redução de risco de desastres para as famílias e empresas (prêmios de seguro reduzidos para as famílias, isenções fiscais para as empresas) são estabelecidos ?

Descrição

O Governo de São Paulo, por meio da Desenvolve SP, disponibiliza a Linha de Financiamento Emergencial para Recuperação de Empresas para cidades atingidas por enchentes, com uso de recursos do FUNAC – Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo.

Os juros da linha de crédito emergencial são subsidiados pelo Governo do Estado. Com a medida o empresário pagará apenas 1% de juro ao ano sobre o financiamento, desde que mantenha as prestações em dia, em caso de atraso, os juros serão de 3% ao ano.

Empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços estabelecidas no Estado de São Paulo, com foco nas empresas com faturamento anual de até R\$ 16 milhões, que possuam instalações em municípios atingidos por enchentes, incêndios e demais desastres provocados por fenômenos naturais, quando em qualquer das hipóteses mencionadas, for reconhecido e/ou declarado estado de emergência ou de calamidade pública, com observância às normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, por meio de decreto municipal homologado pelo Governo do Estado.

Deverá também haver a autorização do COFUNAC – Conselho de Orientação do Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo para que o município possa ser atendido pela linha.

A prefeitura deverá emitir declaração atestando a prévia existência da empresa proponente no município e na localidade afetada. Precisamos criar uma forma de incentivo para que as ações sejam preventivas.

5: Até que ponto as associações empresariais locais, como câmaras de comércio e similares, apoiam empenhos às pequenas empresas para a continuidade dos negócios durante e após os desastres?

Descrição

Criado em 1998, o Banco do Povo Paulista (BPP) é o maior programa estadual de microcrédito do País. Executado pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho em parceria com as prefeituras municipais, visa promover a geração de emprego e renda, através da concessão de empréstimos para microempreendedores dos municípios parceiros.

Os empréstimos (BPP) a microempreendedores paulistas aumentaram 38%, no comparativo com o mesmo período do ano passado. Foram R\$ 19,76 milhões emprestados este ano, contra R\$ 14,29 milhões em 2013. O BPP oferece linhas de crédito que variam entre R\$ 200 e R\$ 20 mil, que podem ser quitadas em até 36 parcelas. A taxa de juros é a menor do país (0,35% ao mês), sem taxas adicionais. Próximo de completar 16 anos, o Banco é considerado o maior programa de microcrédito do país e atualmente, possui sedes em 514 cidades e 524 unidades instaladas.

Estão aptos a solicitar empréstimos pessoas físicas ou jurídicas (ou seja, os informais também podem se beneficiar) desde que não ultrapassem faturamento mensal de R\$ 30 mil. Nos últimos 30 dias, o programa gerenciado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, firmou 3.175 contratos.

Indicador central 4.4

Planejamento e gestão dos assentamentos humanos incorporam elementos de redução de risco de desastres, incluindo o cumprimento de códigos de construção.

4: Quão adequadamente equipamentos públicos críticos e infra-estruturas localizados em áreas de alto risco recebem avaliações de risco para todos os tipos de ameaça e de segurança?

Descrição

A Defesa Civil do Estado incentiva que os governos locais possuam um Plano Preventivo ou de Contingência, que por sua vez, deve priorizar os locais de uso coletivos/públicos na indicação de ações preventivas a fim de evitar danos e prejuízos, bem como, estarem preparados para agir durante uma emergência. Para elaboração desse plano são realizados diversos treinamentos ao longo do ano.

4: Quão adequadas são as medidas que estão sendo tomadas para proteger instalações públicas e de infra-estrutura críticas aos danos provocados por desastres?

Descrição

Diversas são as ações realizadas para proteger a população e as infraestruturas de apoio. Para todos as edificações no Estado de São Paulo há obrigatoriedade do AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS (AVCB) que verifica se o imóvel está ou não adequado às normas de segurança vigentes. Essa regra é aplicável a todos os imóveis, indistintamente, independente do fato de ser público ou privado.

Indicador central 4.5

Medidas de redução de riscos são integradas nos processos de recuperação pós-desastre e de reabilitação.

4: Até que ponto as medidas para redução de risco de desastres estão integradas a ações de recuperação pós-desastre e atividades de reabilitação (ou seja, reconstruir melhor, subsistência de reabilitação )?

Descrição

Todos os programas desenvolvidos atualmente pelo Estado de São Paulo, vinculados a estruturas, construção ou reconstrução de moradias, parques, unidades de saúde, escolas, quadras, e outras, tem sido realizados seguindo parâmetros de desenvolvimento sustentável e para os casos de emergências por vezes, em concomitância com ações de resposta no município. Como a construção de uma ponte emergencial, por exemplo, e/ou o pagamento de Auxílio Moradia para as famílias que perderam suas casas e terão de aguardar a reconstrução. O estado de São Paulo tem se esmerado para não deixar de prestar apoio na resposta e reconstrução de comunidades, a fim de minimizar as perdas dos moradores.

Indicador central 4.6

Procedimentos existem para avaliar os impactos de riscos de desastres de grandes projetos de desenvolvimento, especialmente de infraestrutura.

4: Até que ponto o governo local ou outros níveis de governo têm programas especiais para avaliar regularmente escolas, hospitais e unidades de saúde acerca da manutenção, cumprimento dos códigos de construção, segurança geral, riscos relacionados ao clima, etc.?

sim: Escolas

sim: Hospitais / centros de saúde

Descrição

A Associação Brasileira de Normas Técnicas é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Assim, toda e qualquer obra, reforma e construções devem atender a essas normas.

O Ministério do Trabalho e Emprego por sua vez estabeleceu as Normas Regulamentadoras (NR), que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Os Conselhos regionais de engenharia contribuem para fiscalização dos profissionais quanto ao atendimento das normas técnicas e normas regulamentadoras. Desse modo, verificamos que existem diversos órgãos técnicos comprometidos com o cumprimento dos códigos de construção e o meio ambiente, sendo certo que compete ao município a fiscalização dos imóveis, em especial se estão atendendo a legislação específica de construção e segurança. O Estado presta apoio por meio do corpo de Bombeiros na vistoria de edificações antes de sua regularização.

Prioridade de Ação 5

Indicador central 5.1

Capacidade diretiva, técnica e institucional forte, e mecanismos de administração do risco de desastres, com uma perspectiva de redução de risco de desastres estão em andamento.

Não há questões relacionadas ao contexto local

Indicador central 5.2

Planos de preparação para desastres e planos de contingência estão em vigor em todos os níveis administrativos, e exercícios regulares de treinamento e simulados são realizados para testar e desenvolver programas de resposta a desastres.

5: Com que regularidade os exercícios simulados são realizados com a participação de organizações governamentais, não governamentais, líderes locais e voluntários relevantes?

Descrição

Os exercícios simulados são realizados anualmente em âmbito estadual e regional, com participação de outros órgãos, da população e representantes de diversos seguimentos da sociedade. São parceiros no trabalho da simulação: as coordenadorias municipais de Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Instituto Geológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Exército Brasileiro, Escolas, Hospitais e outros órgãos. A Defesa Civil do Estado estimula os governos locais para realizarem simulados a fim de testarem os Planos de Contingências Municipais.

4: Quão disponíveis são os recursos-chave para uma resposta eficaz, tais como suprimentos de emergência, abrigos de emergência, rotas de abandono identificadas e planos de contingência permanentes?

sim: Estoques de suprimentos de emergência

sim: Abrigos de emergência

sim: Rotas seguras de evacuação identificadas

sim: Plano de contingência ou plano de preparação da comunidade para desastres para todos os grandes riscos.

Descrição

A Defesa Civil do Estado mantém depósitos regionalizados a fim de melhor apoiar os governos locais, suprindo-os sempre de materiais necessários para a manutenção de abrigos de emergência. São inúmeros itens disponibilizados tais como: Kits de alimentação, Kits de Limpeza, Kits de Higiene, Roupas, Calçados, Colchões, Cobertores, Lençóis entre outros. O Estado de São Paulo atua em todas as emergências nas cidades paulistas. Por meio da Defesa Civil do Estado são realizados contatos e/ou vistorias de campo (terrestres ou aéreas) para identificar as necessidades das comunidades locais a fim de prestar o apoio necessário.

4: Até que ponto o governo local tem um centro de operações de emergência (COE) e / ou um sistema de comunicação de emergência?

Descrição

O centro de operações de emergência hoje existente dispõe de equipes de profissionais que trabalham 24 horas, com sala própria e equipamentos de informática e comunicações modernos apropriados à sua missão e as ações ali desenvolvidas são direcionadas para a coordenação e articulação de órgãos e instituições, sendo capaz de receber e transmitir informações e mobilizar todos os recursos disponíveis, no menor espaço de tempo possível.

4: Quão conscientes estão os cidadãos dos planos de abandono ou exercícios para evacuações, quando necessários?

Descrição

Os Planos de Contingências dos municípios paulistas estão disponíveis na página oficial da Defesa Civil do Estado. Paralelo a divulgação são realizados treinamentos e simulados com a participação da comunidade. Faz-se necessário ainda ampliar o número de Núcleos de Defesa Civil de forma a sensibilizar a população sobre a necessidade de reduzir os riscos por meio da mudança de cultura.

4: Até que ponto o Plano de Contingência (ou plano similar) inclui um esquema para a recuperação pós-catástrofe e reconstrução, incluindo avaliação das necessidades de reabilitação e meios de subsistência?

Descrição

O Sistema Estadual de Defesa Civil está organizado de maneira que possibilita a execução de planos preventivos de defesa civil e planos de contingência, com o apoio de equipes especializadas na realização de convênios capaz de avaliar os cenários e necessidades pós-desastres, interligando todas as secretarias de governo, dando um encaminhamento específico para cada demanda ao seu respectivo órgão ou secretaria. Em 2011 foi alterado o decreto de formalização de convênios entre os municípios e a Defesa Civil do Estado, possibilitando isenção de contrapartida para as cidades que tiverem a situação de anormalidade (situação de emergência e estado de calamidade pública) homologada pelo governador do estado.

4: Até que ponto os simulados e exercícios regulares de preparação para desastres são realizados em escolas, hospitais e centros de saúde?

sim: Escolas

sim: Hospitais / centros de saúde

Descrição

Nos simulados realizados anualmente pela Defesa Civil do Estado contamos com a participação de escolas e hospitais. Entretanto não há uma rotina para que todos os hospitais e escolas façam uso dessa ferramenta de auto-avaliação tão preponderante.

Indicador central 5.3

Reservas financeiras e mecanismos de contingência estão em vigor para apoiar uma resposta eficaz e ações de recuperação quando necessárias.

4: Até que ponto as instituições locais têm acesso às reservas financeiras para providenciar resposta efetiva a desastres e recuperação rápida?

Descrição

O que observamos durante algumas emergências é que os governos locais têm acesso a recursos do Estado ou da União, seja por convênios sem contrapartidas, facilitação de empréstimos para pequenos empresários, linhas de financiamento próprias para moradores, além do pagamento de Auxílio Moradia Emergencial (AME) custeado pela Secretaria de Habitação para os moradores que estão desabrigados. No Brasil a legislação nacional permite que os moradores de áreas reconhecidas como Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, façam o saque Fundo de Garantia. Ressalta-se ainda que Defesa Civil do Estado disponibiliza de imediato produtos de primeira necessidade a fim de apoiar as pessoas atingidas, tais como: Kits de alimentação, Kits de Limpeza, Kits de Higiene, Roupas, Calçados, Colchões, Cobertores, Lençóis entre outros.

4: Qual o investimento que o governo local faz em recursos e conhecimentos para ajudar as vítimas de impactos psico-sociais (psicológico, emocional) dos desastres?

Descrição

No Estado de São Paulo existem dois grupos de psico-sociais que desenvolvem trabalhos em desastres atendendo as pessoas afetadas e os socorristas. Os grupos 4 estações e do Laboratório do Estudo da Morte, nos auxiliam durante às emergências, porém de forma voluntária, sendo necessário a formalização de acionamento e emprego desses profissionais.

Indicador central 5.4

Procedimentos existem para trocar informações relevantes durante os eventos de risco e desastres, e para realizar avaliações pós-evento.

Não há questões relacionadas ao contexto local